

DEMOCRACIA SOCIALISTA – tendência interna do Partido dos Trabalhadores

Projeto Nacional de Formação da Nova Geração de Dirigentes da DS

III Etapa presencial – Caderno de Estudos

11 a 13 de fevereiro de 2011.

Brasília – DF

Quais as tarefas do PT na direção da revolução democrática?

A Democracia Socialista foi fundada como uma corrente que busca uma síntese entre a tradição do marxismo revolucionário e a originalidade da luta de classes no Brasil, da qual o PT é uma das maiores expressões. Por isso, buscou ligar a identidade marxista-revolucionária com o processo de construção do Partido dos Trabalhadores.

Nossa compreensão estratégica busca superar a idéia de golpes liderados por uma vanguarda autoritária, autoproclamada dirigente e autossuficiente programaticamente. Ao mesmo tempo, é uma estratégia baseada na construção de um partido socialista e democrático, como parte de uma vanguarda mais ampla da luta pela transformação socialista. Nosso programa adquire sentido prático quando a construção do partido avança e quando conquistamos vigorosos e democráticos processos de participação das massas.

As possibilidades da luta pela hegemonia da classe trabalhadora; as formas estabelecidas entre democracia e capitalismo hoje; o protagonismo popular na cultura política brasileira e; a dimensão do internacionalismo militante tal qual se desenvolve na América Latina nos anos 2000: são assuntos a serem estudados, discutidos e sistematizados na próxima etapa do Projeto de Formação Política da Nova Geração de Dirigentes da DS, que ocorre nos dias 11 a 13 de fevereiro de 2011.

Apresentamos, aqui, o caderno de estudos preliminares dessa etapa e uma questão organizadora das leituras.

Questões orientadoras para o estudo preliminar:

1. *As tarefas da revolução democrática – discutidas na segunda etapa presencial do nosso Projeto Nacional de Formação, em junho de 2010 – devem se relacionar com a correlação de forças real, com o grau de organização realmente existente. O Partido dos Trabalhadores tem papel democrático e dirigente no processo de transição e acúmulo de forças.*

Enuncie algumas tarefas para construção socialista e democrática do PT, considerando-o como parte de uma vanguarda mais ampla da luta pela transformação socialista.

2. *O aprofundamento do processo de revolução democrática no Brasil cobra maior politização da agenda dos movimentos sociais e a superação de limites de praticas sindicais e dos movimentos sociais que têm como referência as reivindicações estritamente econômicas.*

3

Enuncie algumas tarefas que visem a consolidação de uma agenda e prática política do movimento sindical e dos movimentos sociais orientadas ao aprofundamento da revolução democrática no Brasil.

3. *A eleição da companheira Dilma dá-se no quadro de aprofundamento da unidade latino-americana (MERCOSUL, UNASUL). De que formas a militância partidária e dos movimentos sociais e sindical pode contribuir com o avanço dessa integração?*

Sumário

Textos	Páginas
I - Revolução democrática no Brasil	05
Consolidar a ruptura histórica operada pelo PT, por Leonardo Boff	06
Distribuição de renda promove desenvolvimento sustentável, por Reginaldo Moraes	09
“Brasil precisa discutir se quer rural com ou sem gente”, entrevista com Guilherme Cassel	14
A atualidade da democracia participativa, por Carlos Henrique Árabe	22
Organização, Participação e Políticas para o Brasil, entrevista com Leonardo Avritzer	25
A revolução democrática - Bahia, por Robinson Almeida	27
Políticas para as mulheres e mulheres na política, entrevista com Tatau Godinho	29
Discurso de Vitória de Dilma Rousseff, 31 de outubro de 2010.	34
O governo Dilma e a Revolução Democrática, por Juarez Guimarães	39
II – Debate internacional	45
“O desafio da economia permanece essencial”, por Aurélio Alonso	46
O marxismo de Che e o socialismo do século XXI, por Carlos Tablada	51
Ponto de Vista antiimperialista, por José Carlos Mariátegui	60
III – Construção partidária	67
O Socialismo petista, Resolução do III Congresso do PT	68
A sólida necessidade da utopia, por Juarez Guimarães	88
O PT depois do 4º Congresso	95

Leituras complementares:

Resolução da IX Conferência Nacional da DS, disponível em <http://www.democraciasocialista.org.br/ds/>

I - Revolução democrática no Brasil

Consolidar a ruptura histórica operada pelo PT

Artigo de Leonardo Boff, extraído do site do PT: "Para mim, o significado maior desta eleição é consolidar a ruptura que Lula e o PT instauraram na história política brasileira. Derrotaram as elites econômico-financeiras e seu braço ideológico, a grande imprensa comercial. (...) Até a vitória de um filho da pobreza, Lula, a casa grande e a senzala constituíam os gonzos que sustentavam o mundo social das elites".

Leonardo Boff

Para mim o significado maior desta eleição é consolidar a ruptura que Lula e o PT instauraram na história política brasileira. Derrotaram as elites econômico-financeiras e seu braço ideológico, a grande imprensa comercial. Notoriamente, elas sempre mantiveram o povo à margem da cidadania, feito, na dura linguagem de nosso maior historiador mulato, Capistrano de Abreu, "capado e recapado, sangrado e ressangrado". Elas estiveram montadas no poder por quase 500 anos. Organizaram o Estado de tal forma que seus privilégios ficassem sempre salvaguardados. Por isso, segundo dados do Banco Mundial, são aquelas que, proporcionalmente, mais acumulam no mundo e se contam, política e socialmente, entre as mais atrasadas e insensíveis. São vinte mil famílias que, mais ou menos, controlam 46% de toda a riqueza nacional, sendo que 1% delas possui 44% de todas as terras. Não admira que estejamos entre os países mais desiguais do mundo, o que equivale dizer, um dos mais injustos e perversos do planeta.

Até a vitória de um filho da pobreza, Lula, a casa grande e a senzala constituíam os gonzos que sustentavam o mundo social das elites. A casa grande não permitia que a senzala descobrisse que a riqueza das elites fora construída com seu trabalho superexplorado, com seu sangue e suas vidas, feitas carvão no processo produtivo. Com alianças espertas, embaralhavam diferentemente as cartas para manter sempre o mesmo jogo e, gozadores, repetiam: " façamos nós a revolução antes que o povo a faça". E a revolução consistia em mudar um pouco para ficar tudo como antes. Destarte, abortavam a emergência de outro sujeito histórico de poder, capaz de ocupar a cena e inaugurar um tempo moderno e menos excludente. Entretanto, contra sua vontade, irromperam redes de movimentos sociais de resistência e de autonomia. Esse poder social se canalizou em poder político até conquistar o poder de Estado.

Escândalo dos escândalos para as mentes súcubas e alinhadas aos poderes mundiais: um operário, sobrevivente da grande tribulação, representante da cultura popular, um não educado academicamente na escola dos faraós, chegar ao poder central e devolver ao povo o sentimento de dignidade, de força histórica e de ser sujeito de uma democracia republicana, onde "a coisa pública", o social, a vida lascada do povo ganhasse centralidade. Na linha de Gandhi, Lula anunciou: "não vim para administrar, vim para cuidar; empresa eu administro, um povo vivo e sofrido eu cuido". Linguagem inaudita e instauradora de um novo tempo na política brasileira. O "Fome Zero", depois o "Bolsa Família", o "Crédito Consignado", o "Luz para Todos", o "Minha Casa, minha Vida, o "Agricultura familiar, o "Prouni", as "Escolas Profissionais", entre outras iniciativas sociais permitiram que a sociedade dos lascados conhecesse o que nunca as elites econômico-financeiras lhes permitiram: um salto de qualidade. Milhões passaram da miséria sofrida à pobreza digna e laboriosa e da pobreza para a classe média. Toda sociedade se mobilizou para melhor.

Mas essa derrota infligida às elites excludentes e anti-povo, deve ser consolidada nesta eleição por uma vitória convincente para que se configure um "não retorno definitivo" e elas percam a vergonha de se sentirem povo brasileiro assim como é e não como gostariam que fosse. Terminou o longo amanhecer.

7

Houve três olhares sobre o Brasil. Primeiro, foi visto a partir da praia: os índios assistindo a invasão de suas terras. Segundo, foi visto a partir das caravelas: os portugueses "descobrimdo/encobrimdo" o Brasil. O terceiro, o Brasil ousou ver-se a si mesmo e aí começou a invenção de uma república mestiça étnica e culturalmente que hoje somos. O Brasil enfrentou ainda quatro duras invasões: a colonização que dizimou os indígenas e introduziu a escravidão; a vinda dos povos novos, os emigrantes europeus que substituíram índios e escravos; a industrialização conservadora de substituição dos anos 30 do século passado mas que criou um vigoroso mercado interno e, por fim, a globalização econômico-financeira, inserindo-nos como sócios menores.

Face a esta história tortuosa, o Brasil se mostrou resiliente, quer dizer, enfrentou estas visões e intromissões, conseguindo dar a volta por cima e aprender de suas desgraças. Agora está colhendo os frutos.

Urge derrotar aquelas forças reacionárias que se escondem atrás do candidato da oposição. Não julgo a pessoa, coisa de Deus, mas o que representa como ator social. Celso Furtado, nosso melhor pensador em economia, morreu deixando uma advertência, título de seu livro *A construção interrompida* (1993): "Trata-se de saber se temos um futuro como nação que conta no devir humano. Ou se prevalecerão as forças que se empenham em interromper o nosso processo histórico de formação de um Estado-Nação" (p.35). Estas não podem prevalecer. Temos condições de completar a construção do Brasil, derrotando-as com Lula e as forças que realizarão o sonho de Celso Furtado e o nosso.

Leonardo Boff é teólogo, filósofo e escritor.

Distribuição de renda promove desenvolvimento sustentável

Na metade dos anos 1980, um estudioso chileno, Fernando Fajnzylber, escreveu um ensaio de grande impacto – Industrialização na América Latina: da "caixa-preta" ao "conjunto vazio". Fazia um balanço das teorias e processos de desenvolvimento que haviam galvanizado o continente latinoamericano nas décadas anteriores. Analisou diferentes países e descobriu uma combinação perversa.

*Reginaldo C. Moraes **

Analisou diferentes países e descobriu uma combinação perversa: onde havia crescimento econômico havia aumento da desigualdade social, a riqueza se concentrava; onde havia um pouco mais de igualdade social, não havia crescimento econômico e, portanto, havia mais pobreza. E um terceiro caso, pior, conseguia reunir o inútil ao desagradável: estagnação econômica com desigualdade crescente.

Daí ele tirou uma imagem, a de ‘conjunto vazio’, ou, na sua língua materna, el casillero vacío. Isto é, quando procuramos quais países conseguiam conciliar dinamismo econômico com redução das desigualdades... não achamos nenhum. É ainda mais chocante quando olhamos para países asiáticos que se desenvolveram no pós-guerra, alcançando indicadores de igualdade social próximos dos estados de bem-estar europeus. Dessa constatação, ele parte para uma pergunta: será que isso tem a ver com o modelo de desenvolvimento latinoamericano?

Aparentemente, a resposta a essa pergunta é um enorme “SIM”. Basta olhar para a dependência das economias latinoamericanas com relação à exportação de bens primários ou, quando processados, de bens quase brutos, com baixa incorporação de conhecimento. A América Latina cresceu em número de habitantes, mas entrou num parafuso traiçoeiro: é como se encolhesse na criação de cérebros, de gente capaz de pegar a tecnologia estrangeira e adaptar, melhorar, inovar. A forte industrialização brasileira, por exemplo, é a mais densa da América Latina. Contudo, é marcada pela dominação de empresas transnacionais, que vendem predominantemente no mercado brasileiro, mas remetem lucros, pagamentos de patentes e juros para suas matrizes. São sugadoras e transferidoras de riqueza. E fazem pesquisa e desenvolvem novos produtos? Sim, mas nas suas matrizes e não aqui no Brasil. Esse desenvolvimento sempre se inclinou para os 10% mais ricos do país – e dependia da concentração de renda, não da

distribuição. Quando a renda se concentra nos 20 ou 30 milhões do andar de cima, esses consumidores compram mais dos produtos modernos e dos bens que imitam os padrões das economias centrais. Os outros 180 milhões... bom, esses seriam os consumidores e beneficiários de outro tipo de desenvolvimento, aquele que não existia e, de certo modo, ainda não existe. Em vários países da América Latina, a indústria e os complexos agroindustriais ou de minérios sempre funcionaram como verdadeiros enclaves estrangeiros, pontos de extração de riqueza, mais ligados ao mundo de cima, americano ou europeu, do que com a realidade do país em que operam. A integração internacional da economia desses países vinha junto com a desintegração e desarticulação nacional, com diferenças regionais e sociais enormes. Quanto mais esses pólos se ligavam com o mundo de fora, mais desarticulavam e dividiam o mundo de dentro, as sociedades locais. Com esse estilo de desenvolvimento, o que se podia esperar? Igualdade? Cooperação social? Estabilidade política? Democracia? Não: o que se podia esperar era crescimento da exclusão, até o limite do apartheid.

Para onde fomos? Para onde queremos ir?

Ora... Então, como mudar esse quadro? Redistribuir a riqueza criada através de programas de transferência de renda, por exemplo? Essa linha de ação é simplesmente indispensável. Mas, por várias razões, Fajnzylber e sua organização, a Cepal, batiam em outra tecla, estrutural e de longo prazo: uma “reestruturação produtiva com equidade”. Pregavam a adoção de um estilo de desenvolvimento que apostasse na incorporação ativa das massas na economia, através da qualificação e do acesso ao conhecimento. Dizem que é necessário substituir o crescimento através da “renda percível”, resultante da superexploração dos recursos naturais e da mão de obra bruta, pela “renda dinâmica”, resultante da produção de bens com valor intelectual incorporado, isto é, tecnologicamente mais ricos. Esse novo modelo não quer dizer ‘desligamento’ da economia internacional: quer dizer combinar essa integração, e até mesmo subordiná-la ao processo de articulação interna das sociedades nacionais. Diz Fajnzylber: “Diferentemente do crescimento esporádico, um crescimento sustentado exige uma sociedade internamente articulada e equitativa”. Isto requer outra concepção de desenvolvimento e outro conceito de industrialização.

A idéia tinha raízes em velhos mestres da Cepal. Faz muito tempo, Celso Furtado

lembrara que o caso brasileiro bem podia ser uma prova de que a industrialização não era suficiente para que um país se livrasse das chagas do subdesenvolvimento. Para ele, o modelo de desenvolvimento tinha que responder a várias exigências:

- a) crescimento sustentado: constante (não cíclico), durável e não baseado no uso predatório dos recursos naturais e humanos;
- b) razoável integração nacional e redução das desigualdades regionais;
- c) internalização de dinamismos (econômicos, tecnológicos) e de centros decisórios,
- d) incorporação significativa das massas no processo econômico, social, político.

Todos sabemos a importância que a Cepal e o próprio Celso Furtado davam à industrialização, como motor da independência nacional e da criação de condições para uma sociedade mais equilibrada. Mas é também o velho mestre que nos lembra:

(...) nenhum trabalho de reconstrução estrutural dará resultados permanentes se não se conseguir liberar a massa da população rural – e em primeiro lugar os minifundistas – da engrenagem que atualmente a condena à miséria. O objetivo central da reconstrução das estruturas agrárias deveria ser a instalação de unidades produtivas aptas a utilizar plenamente a capacidade de trabalho de uma família e a avançar pelo caminho da modernização técnica. Dar subsídios a empresas médias e grandes para mecanizar-se e utilizar adubos pode produzir resultados imediatos no plano da produção; mas como ignorar que essa visão economicista de curto prazo leva à agravamento dos problemas sociais? (FURTADO, 1982, p. 85)

Crescer dividindo, dividir crescendo

Bom, o leitor se dá conta de que estamos ouvindo tudo isto na voz de conhecidos reformadores sociais. Mas até mesmo consultores das agências do capital globalizado, como o Banco Mundial, foram forçados a reconhecer tais fatos. Recortamos aqui um deles. Dani Rodrik:

“A globalização vai consolidando um novo conjunto de divisão de classes – entre aqueles que prosperam e aqueles que não prosperam, aqueles que ganham e aqueles que

perdem, aqueles que podem escapar dos riscos e aqueles que não podem. Esta não é uma expectativa agradável, mesmo para os indivíduos que estão do lado vencedor, aqueles que têm pouca simpatia pelo outro lado. A desintegração social não é um jogo que se vê de fora – a lama que espirra do campo chega naqueles que estão fora. No fim das contas, o aprofundamento das cisões sociais pode machucar todo mundo.”

Muitas lições podemos extrair de todas essas constatações. Uma delas é que nem todo crescimento é desenvolvimento e que nem tudo o que chamamos de desenvolvimento é o que parece, nem é neutro. Na época da ditadura, por exemplo, era muito comum os intelectuais simpáticos ao regime militar dizerem que primeiro se deve fazer crescer o bolo, para depois dividi-lo. Esse tipo de crescimento, como sabemos, fez crescer um cogumelo venenoso, que até hoje nos atinge. As políticas saudáveis de desenvolvimento devem ser aquelas que dividem o bolo na mesma medida em que ele cresce – e que corrigem a divisão anterior, quando distorcida. Vale a pena lembrar a frase do evangelho, que os neoliberais adaptam para seu interesse: para aqueles que tudo têm ainda mais lhes será dado, daqueles que nada têm, ainda mais lhes será tirado. A política de desenvolvimento de verdade tem que fazer o contrário.

12

Mais ainda: algumas das redistribuições têm que ocorrer antes do crescimento, para que este seja viável, equilibrado e mais bem distribuído. Exemplos: a propriedade e o uso da terra. Em todos os processos de desenvolvimento bem-sucedidos – contínuos, estáveis e com distribuição de renda – foi decisiva uma reforma nas estruturas agrárias, na propriedade, no uso, no arrendamento e na taxaço das terras. Em todos eles, também, um outro ‘ativo’ teve que ser valorizado no seio das massas populares: o acesso ao conhecimento e à iniciativa, com a universalização de educação elementar e média de qualidade.

No Brasil, algumas dessas iniciativas têm contribuído para corrigir, lenta e parcialmente, as grandes distorções de nosso modelo de subdesenvolvimento. Um exemplo é o de programas de transferência de renda, que não apenas livram milhões da fome e da incapacidade de trabalhar: eles abrem uma janela para que esses nossos brasileiros se sintam gente, que recuperem sua autoestima e sua confiança, sua capacidade de sonhar. Ainda mais importantes, no longo prazo, são as políticas que empurram para outros caminhos de desenvolvimento, outras transformações produtivas

que ampliem a equidade: a reforma agrária, as políticas de agricultura familiar e microcrédito, as políticas de interiorização da educação, a valorização do salário-mínimo e das aposentadorias, a promoção de investimentos que gerem empregos (e, portanto, aumentem a renda das famílias). Mas... ainda há muito por fazer. Muitíssimo. De certo modo, tem razão um pseudo-intelectual que postulou o governo: o Brasil pode mais. Só que, para poder mais, tem que se livrar exatamente da influência perniciosa daqueles que sempre puxaram para baixo porque só olhavam para cima. Em 2002, um líder da mal nomeada “socialdemocracia brasileira” disse que o seu candidato tinha perdido porque eles tinham esquecido “daqueles que ficaram pelo caminho”. É verdade: e continuaram esquecendo. Só que o caminho mudou. E tem que mudar muito mais. Só assim, mexendo na caixa-preta do modelo de desenvolvimento, colocaremos o Brasil no “casillero” antes vazio do Fajnzylber: finalmente, na América Latina, um caso em que o crescimento econômico ocorre com a redução drástica das desigualdades.

** Reginaldo C. Moraes é professor de Ciência Política na Unicamp.*

"Brasil precisa discutir se quer rural com ou sem gente"

Em entrevista à Carta Maior, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, faz um balanço de quase oito anos das políticas de Reforma Agrária do governo Lula. Cassel assinala que 59% de todas as famílias assentadas na história do país, o foram durante o governo Lula, que já destinou 45 milhões de hectares de terra para Reforma Agrária.

Marco Aurélio Weissheimer

O ministro reconhece, por outro lado, que ainda há muito que fazer para construir uma estrutura fundiária mais equilibrada no país. E destaca o crescimento da agricultura familiar no país e a importância da diversidade de populações rurais no Brasil. A agenda da Reforma Agrária, conclui, está muito mais diversificada, não se restringe mais a uma questão meramente fundiária e está diretamente ligada aos temas da segurança alimentar, da matriz energética e das mudanças climáticas no planeta. Todas elas, enfatiza, passam pelo tipo de modelo desenvolvimento rural que queremos.

Após quase oito anos, há mudanças significativas no meio rural brasileiro. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre 2003 e 2008, cerca de 24 milhões de brasileiros superaram a condição de pobreza. Destes, 4,8 milhões são moradores do campo, o que corresponde a aproximadamente 17% da população rural. A taxa de pobreza nas áreas rurais caiu de 55% para 39%. No mesmo período, a renda média da Agricultura Familiar cresceu 30% em termos reais, enquanto a renda média brasileira cresceu 11%.

14

Esses números são apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário como resultado da construção de um colchão de renda no país, com o fortalecimento das economias das pequenas cidades e do campo, através de políticas de crédito, assistência técnica, seguro agrícola, política de preços e compras governamentais.

Leia a entrevista abaixo.

CARTA MAIOR: De um modo geral, há dois tipos de críticas dirigidas à agenda da Reforma Agrária no governo Lula. Um que vem da direita, dos setores mais conservadores, que são contra a existência de um ministério para este fim, que dizem que se trata de um desperdício de recursos público e que o MDA é um braço do MST. E o outro tipo de crítica vem de setores à esquerda, do próprio MST, que sustentam que a Reforma Agrária é uma das coisas que não avançou no governo Lula. Qual a sua opinião sobre essas

críticas?

GUILHERME CASSEL: Em primeiro lugar, acho que devemos ter um balanço sensato e equilibrado sobre a Reforma Agrária. Não dá para fazer uma conversa maniqueísta sobre Reforma Agrária, se andou ou não andou. Um bom ponto de partida é olhar o atual ambiente brasileiro no que diz respeito a esse tema. O estoque de Reforma Agrária no Brasil até hoje é de quase um milhão de famílias assentadas. Isso é tudo que foi feito de Reforma Agrária até hoje na história do Brasil. Deste total, 590 mil foram assentados nos últimos oito anos. Ou seja, 59% das famílias assentadas na história do país, o foram durante o governo Lula, que já destinou 45 milhões de hectares de terra para Reforma Agrária.

Isso é suficiente para mudar a estrutura fundiária brasileira? Não, isso não é suficiente. Precisamos continuar fazendo Reforma Agrária para termos uma estrutura fundiária mais equilibrada no país. O Brasil é um país que ainda tem muita concentração fundiária. Agora, também é verdade que o Brasil mudou nestes últimos 8 anos e o tema fundiário não deve mais ficar restrito à Reforma Agrária clássica. Durante muito tempo, nos acostumamos a pensar o Brasil rural como se fosse dividido entre “com terra” e “sem terra”. O país tem, de fato, com terra e sem terra, mas tem muito mais do que isso. A situação é muito mais complexa. O Brasil tem extrativistas, ribeirinhos, varzeteiros (pessoas que moram em regiões de várzea e quando as águas sobem precisam recuar), indígenas, pescadores, quilombolas. Ou seja, há uma diversidade de populações rurais no Brasil com problema de terra que não se resume só à questão da Reforma Agrária. A Reforma Agrária é evidentemente um tema no Sul no país. No Norte, o tema é regularização fundiária, é garantir título de terra para quem - há 30, 40 anos - ocupa uma terra pública e produz. Para as populações indígenas, o tema é demarcar reservas. Para as populações quilombolas é reconhecer seu direito à sua terra. Em resumo, temos uma diversidade hoje que não aparecia no Brasil e que também deve ser tratada.

15

É lógico que existe uma questão da Reforma Agrária no Brasil: como é que se constrói uma estrutura fundiária mais equilibrada. Nós temos três instrumentos para tratar dessa questão. O primeiro deles é o da Reforma Agrária clássica: desapropriar latifúndio improdutivo para produzir alimentos para o país. O segundo, tão importante quanto o primeiro, é regularização fundiária, um problema especialmente no Norte do país, mas também no Nordeste, onde a grande maioria dos agricultores não têm título da terra. O terceiro é crédito fundiário para as populações que não são sem terra. No sul do país, por exemplo, filho de agricultor que quer continuar na terra produzindo precisa ter acesso ao sistema de crédito para comprar terra.

A questão agrária brasileira mudou nos últimos anos. Em primeiro lugar, porque assentamos muita gente. Em segundo, porque não temos mais hoje a tensão que havia antes. Como há muito emprego nas cidades, não há um contingente muito grande de pessoas sem esperança querendo voltar para o campo. Essa demanda

diminuiu muito. Nosso desafio hoje, considerando esse cenário, é construir outra estrutura agrária reconhecendo populações que eram invisíveis até então.

CARTA MAIOR: Quando falamos deste Brasil Rural, de que universo estamos falando quantitativamente? Qual o tamanho do Rural brasileiro?

GUILHERME CASSEL: O Censo do IBGE, considerando apenas a população rural, fala em algo entre 15 e 20 milhões de habitantes. Hoje, o conceito que vem sendo mais utilizado, inclusive na academia (é o conceito com que José Luis da Veiga trabalha), parte da idéia de que os municípios com menos de 50 mil habitantes têm uma característica econômica e cultural marcadamente rural. Esses municípios têm uma intersecção com o rural muito grande. Por esse critério, cerca de 32% da população brasileira têm a ver com meio rural, é impactada por esse meio. Isso significa um universo de cerca de 55 milhões de pessoas. Acho que esse é um bom critério.

Trata-se de um contingente muito grande de pessoas que abre uma outra discussão. No Brasil, a partir dos anos 60, a nossa geração foi impactada por uma experiência de industrialização e urbanização muito forte. Essa experiência marcou em nosso imaginário a idéia simplificada de que a cidade é algo bom e o rural é o atrasado. O agricultor bem sucedido é aquele que conseguia mandar os filhos estudar na cidade, que dava uma oportunidade a eles de sair do campo. Creio que esse tipo de percepção começa a mudar agora. Em primeiro lugar, porque estamos vivendo um processo de esgotamento das cidades. Muitos dos problemas de má qualidade de vida hoje nas cidades só terão uma solução adequada com um rural com gente. Precisamos de mais equilíbrio entre o urbano e o rural, seja do ponto de vista numérico, seja do ponto de vista de qualidade de vida. Hoje, garantir qualidade de vida no meio rural significa, entre outras coisas, resolver problemas das grandes cidades.

16

Outro tema que precisa ser levado em conta é o surgimento de uma grande novidade neste início de século XXI. Há três agendas que estavam subsumidas e que se deslocaram para o centro das preocupações de todos os países e organismos internacionais: segurança alimentar, mudança climática e construção de outra matriz energética que supere a atual baseada em combustíveis fósseis. A maior ou menor capacidade de um país resolver estas três agendas estará muito vinculada à sua capacidade de se desenvolver e de ocupar um lugar central no mundo no decorrer do século XXI.

Essas três agendas têm um ponto em comum: as três têm a ver com desenvolvimento rural, com agricultura familiar e com a idéia de um rural com gente. Tudo isso junto está revalorizando o rural. Estamos entrando em um século onde o rural deve ganhar de novo um certo relevo. O mundo hoje se preocupa com segurança alimentar, se preocupa com a qualidade dos alimentos, com o meio ambiente. E tudo isso tem a ver com o meio rural.

CARTA MAIOR: Normalmente as críticas se dirigem à Reforma Agrária. Se tomamos o nome do ministério ele não é da Reforma Agrária, mas sim do Desenvolvimento Agrário. E considerando essas três agendas que se cruzam e que apontam para um novo debate envolvendo o campo, parece que, de fato, o principal trabalho do MDA não se esgota mais no tema restrito da Reforma Agrária...

GUILHERME CASSEL: Eu sou favorável a transformar o ministério em um Ministério do Desenvolvimento Rural. Acho que seria mais correto. Estamos vivendo um momento impressionante. O Brasil não é o que era há oito anos. Quando assumimos o ministério com Miguel Rossetto, tínhamos 300 mil pessoas acampadas em beira de estrada. Eram pessoas que tinham perdido terra por falta de política agrícola e que não tinham expectativa de emprego nas cidades. O Brasil cresceu e se desenvolveu nos últimos anos e não tem um problema grave de desemprego. Como houve a implementação de políticas como seguro agrícola e crédito, as pessoas não perderam suas terras. Você pode viajar hoje pelo país e encontrará pouquíssimos acampamentos de Reforma Agrária. Esses acampamentos estão praticamente vazios hoje. Essa demanda se esvaziou muito.

Ao mesmo tempo, à medida que o governo passou a entrar no rural essas novas populações apareceram e, com elas, apareceram também problemas novos. Hoje no Norte do país, todos os movimentos sociais e todos os governos estaduais concordam que o tema agrário central na região não é Reforma Agrária. Não faz nenhum sentido o governo federal desapropriar uma área no Norte do país, pagando por ela, quando 80% das terras são terras federais. O que é preciso fazer é desalojar quem está ocupando as terras ilegalmente, madeireiros ilegais, quem está fazendo trabalho escravo, quem está desmatando, e colocar populações que trabalhem na terra. Essas populações só se tornaram visíveis agora. O Brasil não falava de extrativistas, de varzeteiros, de ribeirinhos, pescadores ou quilombolas. Tirar esse contingente da invisibilidade e colocá-los como atores sociais contemporâneos muda o enfoque da Reforma Agrária.

CARTA MAIOR: Considerando as três agendas citadas (segurança alimentar, mudança climática e matriz energética) e o atual padrão de concentração de terras no país em que estágio o Brasil estaria tomando como meta um modelo de desenvolvimento não destruidor do meio ambiente?

GUILHERME CASSEL: Acho que ainda estamos muito distantes dessa meta. O Brasil ainda é um dos países com a maior concentração fundiária do mundo e começa a pagar um preço por isso. O último estudo do IPEA sobre esse tema é muito interessante, especialmente se comparamos o Centro-Oeste do país com o Sul. Há dois modelos agrários vigorando hoje. Temos, no Centro-Oeste, uma agricultura altamente modernizada, com alta tecnologia, monocultura e grandes extensões de terra. E temos no Sul do país uma estrutura agrária mais diversificada, com presença forte de minifúndios e agricultura familiar. O estudo

do IPEA mostra que, no Centro-Oeste, o PIB per capita foi o que mais cresceu no Brasil. Por outro lado, o Centro-Oeste é a região onde os índices de pobreza absoluta menos diminuíram (caíram só 12,7%). Já na região Sul, por outro lado, o PIB per capita aumentou bem menos, mas os índices de diminuição da pobreza aumentaram muito mais (47,1%).

Então, o que está acontecendo no Centro-Oeste é um crescimento com concentração. Cresce e não distribui. Alguns continuam enriquecendo, mas a pobreza permanece praticamente igual. Já na região Sul, o crescimento se dá com menos velocidade, mas com maior distribuição. E isso ocorre porque, na base de sua economia, a estrutura fundiária é mais diversificada. Essa é uma escolha que teremos que fazer: queremos crescer aceleradamente de modo concentrado ou crescer mais devagar distribuindo a riqueza para o conjunto da população? Penso que esse modelo da região Sul é muito mais adequado aos interesses da imensa maioria da população brasileira.

***CARTA MAIOR:* Esse padrão de maior concentração de terra está localizado mais na região Centro-Oeste hoje?**

GUILHERME CASSEL: Sim, mais no Centro-Oeste. Nas décadas de 70-80 ocorreu uma corrida para esta região. Há uma área do Centro-Oeste brasileiro que tem hoje a maior produtividade agrícola do país. Ela é baseada em latifúndio, alta modernização, sementes transgênicas e monocultura de soja voltada para exportação. Isso deu resultado? Sim, deu resultado, tem muita rentabilidade. Mas é esse tipo de resultado que a gente quer? O que a gente quer é simplesmente mais e mais receita, ou uma agricultura que gere renda, mas que também garanta segurança alimentar, alimentos de qualidade, diversidade produtiva e distribuição de renda na base da sociedade. Não adianta nada alguns enriquecerem muito com uma pobreza enorme em volta. E nem estou falando no custo ambiental desse modelo, que é altíssimo.

***CARTA MAIOR:* Na sua gestão houve um debate mais aprofundado entre o MDA e o Ministério da Agricultura em torno dessa idéia de um novo modelo de desenvolvimento rural para o Brasil? Essas duas áreas dialogam ou não?**

GUILHERME CASSEL: O Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário representam bases sociais diferenciadas. Isso causa uma tensão que nos coloca o desafio de trabalhar junto na medida do possível. Procuramos não transformar essa tensão em algo irracional ou antagônico. Neste sentido, acho que caminhamos bem nestes últimos oito anos. Não é uma caminhada fácil, considerando o ambiente político em que vivemos. A gente costuma dizer que há dois modelos de agricultura convivendo no Brasil. Na verdade, eu acho que são três. Há a agricultura de base familiar, onde tem gente que produz muito com pouca terra, e, do outro lado, tem dois tipos de agricultura, ambos vinculados ao latifúndio. Há uma agricultura vinculada ao latifúndio que é moderna, produtiva, tecnificada e contribui muito do ponto de vista do equilíbrio

econômico do país, da estabilidade das contas públicas. Mas há um outro setor vinculado ao latifúndio, especialmente no Norte e no Nordeste do país, que é atrasado, que produz mal, com baixo padrão de produtividade, que pratica trabalho escravo, que faz desmatamento e extração ilegal de madeira, que empobrece o solo e envenena rios.

Há um setor da CNA (Confederação Nacional da Agricultura) hoje que está ingressando com ações judiciais contra o Ministério Público porque este está exigindo que a população tenha direito a consumir carne com selo verde (que não seja fruto de práticas como desmatamento e de trabalho escravo). Isso é um atraso monumental. Como esse setor tem força política, ele acaba emperrando essa discussão sobre um novo padrão de desenvolvimento rural, que deveria ocorrer em um ambiente mais equilibrado.

CARTA MAIOR: E com os movimentos sociais do campo, esse debate vem ocorrendo?

GUILHERME CASSEL: Acho que esse debate avançou. Um bom critério para avaliar esse ponto é olhar a pauta dos movimentos sociais. Se olharmos para a pauta do MST, da Contag ou da Fetraf, em 2003,2004, e para a pauta dessas entidades hoje, veremos que ela está muito mais aberta e diversificada. A pauta de 2003, por exemplo, dizia: precisamos de seguro agrícola. Nós já temos seguro agrícola de clima e de preço funcionando e incorporados como uma coisa natural. A pauta de 2003 pedia mais recursos de crédito para a agricultura familiar. Estamos agora com 16 bilhões de crédito e, nos últimos anos, sempre tem sobrado recursos deste crédito. Temos também política de garantia de preço mínimo para a agricultura familiar. Então muita coisa mudou e os agricultores foram impactados positivamente por essa mudança. Aquele discurso sectário de alguns anos atrás, que dizia que nada estava avançando, que o governo só estava beneficiando os grandes, não tem mais lugar hoje, porque a vida das pessoas mudou.

De 2003 para 2008, a taxa de pobreza nas áreas rurais caiu de 55% para 39%. Mais de 4,8 milhões de pessoas saíram da condição de pobreza na área rural. A renda média no país aumentou 11% neste período. Na agricultura familiar aumentou 30%. Vou citar outro dado importante. Se pegarmos o período entre 1996 e 2006, a agricultura brasileira tinha incorporado em suas propriedades 7.200 tratores. Com o nosso programa Mais Alimentos, em um ano e meio, só a agricultura familiar incorporou 30 mil tratores em suas propriedades. Ou seja, há um sentido novo no rural brasileiro que é expresso por esses números. Depois que o Censo Agropecuário de 2006 mostrou que a agricultura familiar é 89% mais produtiva por hectare que a agricultura patronal, fica claro para todo mundo que, quanto mais agricultura familiar tivermos, melhor será para o Brasil.

CARTA MAIOR: As feiras nacionais de agricultura familiar promovidas pelo MDA em Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre foram muito bem

recebidas pelas populações destas cidades. Nas suas andanças pelo país, o senhor percebe uma mudança de percepção junto à população urbana sobre a importância deste tipo de agricultura?

GUILHERME CASSEL: Espero não estar sendo muito pretensioso, mas acho que introduzimos o tema Agricultura Familiar no vocabulário nacional. As pessoas não sabiam o que era a agricultura familiar e tinham até um preconceito em relação a ela. O que estava construído no imaginário brasileiro era um Rural dividido em duas partes: os grandes, com muita terra e equipamentos, modernos e produtivos; e os demais (agricultores familiares, assentados) que faziam parte de um espaço de pobreza, atraso e não-produção. Os próprios governos olhavam dessa maneira, tanto é que Reforma Agrária e Agricultura Familiar eram tratadas como políticas sociais. Uma das grandes novidades do governo Lula é olhar para esse setor e decidir que ele precisava de política econômica e não de política social, que precisava de crédito para produzir e não de cesta básica. Quando passamos a garantir crédito, assistência técnica, seguro agrícola e preço, ele respondeu com muita rapidez.

Hoje a população sabe que 70% daquilo que ela consome no dia-a-dia é produzido pela agricultura familiar. O que vimos nas feiras realizadas em Brasília, no Rio e em Porto Alegre é que o encontro da população urbana com a agricultura familiar é marcado por um encantamento muito grande de parte a parte.

20

***CARTA MAIOR:* Voltando a um outro tema ligado à questão fundiária: a compra de terras por estrangeiros no Brasil é um problema?**

GUILHERME CASSEL: Sim. É um problema sério. A nossa legislação está parada nos anos 90, quando houve uma certa histeria neoliberal no país, que significou, entre outras coisas, a retirada de muitos mecanismos de controle. Nós procuramos enfrentar esse problema junto com o Poder Judiciário. O Conselho Nacional de Justiça tem baixado portarias orientando os cartórios a pelo menos não fazer registros de novas compras de propriedades antes de informar o Incra. Precisamos avançar no sentido de limitar esse tipo de compra. Trata-se de um assunto ligado à soberania e à segurança nacional. Não há nenhuma xenofobia aí. Não há nenhum problema em existir investimentos internacionais em determinados setores. Agora, ser dono da terra é outra coisa. O território brasileiro é um território finito e ele tem que ser, preferencialmente, para os brasileiros.

***CARTA MAIOR:* E sobre o futuro, quais devem ser as prioridades do MDA para os próximos anos?**

GUILHERME CASSEL: O Brasil precisa discutir de forma mais clara – o que não tem ocorrido nos últimos anos – qual é o papel do rural no seu projeto de desenvolvimento. A gente costuma pensar o desenvolvimento principalmente a

partir da indústria e dos serviços. Mas qual é o papel do rural? E que rural nós queremos? Um rural com gente ou sem gente? Eu acho que precisa ser um rural com gente e o primeiro passo para isso é mudar a estrutura fundiária do país. Precisamos ajustar índices de produtividade, precisamos criar mecanismos mais ágeis de desapropriação, discutir seriamente a questão do limite das propriedades...

***CARTA MAIOR:* Há espaço político para temas como o da revisão de índices de produtividade avançar? Até hoje, essa questão é totalmente barrada no Congresso pela bancada ruralista e seus aliados.**

GUILHERME CASSEL: Acho que o Brasil está mudando e a correlação de forças no próximo período deve mudar também. Espero que as mudanças que ocorreram no meio rural acabem se refletindo também no plano político. Eu sou otimista sobre esse tema e acho que estamos caminhando para construir uma correlação de forças mais equilibrada e retomar um ambiente de discussão menos maniqueísta. Qualquer país desenvolvido na história contemporânea discutiu a reforma agrária, a questão do limite das propriedades, da função social da terra. Esses temas ainda são muito contaminados no Brasil. Eles precisam ser descontaminados e debatidos com mais equilíbrio. É uma condição necessária para o país crescer de modo mais harmônico e equilibrado.

No terreno da política agrícola, acho que somos exemplares do ponto de vista de crédito, de seguro e de assistência técnica, mas ainda precisamos avançar bastante em garantia de renda e de preço para os agricultores e também na questão do cooperativismo de produção.

A atualidade da democracia participativa

Jornal DS 26 [Jul2010]. Inclusão política deve estar combinada com inclusão social.

A luta pela conquista do 3º mandato presidencial pelo PT expressa também a construção de um programa de avanço da experiência de governo desenvolvida nos últimos 8 anos. Nesse programa – que condensa as conquistas atuais e as expectativas de novas conquistas – a questão democrática deve ter um lugar central.

*Carlos Henrique Árabe **

A companheira Dilma Rousseff, em seu discurso na Convenção Nacional do PT, considerou que é vital, para o Brasil, uma reforma política que corrija vícios e distorções, que garanta transparência, fortalecimento dos partidos, que estimule o debate público e a participação popular.

Um novo espaço público

O Estado que assumimos ao vencer as eleições de 2002 já passou por mudanças importantes. Elas implicaram numa ampla recomposição do sistema estatal de planejamento (cujo maior destaque é o PAC), de produção (com o fim da privatização e a recuperação de empresas estratégicas para o desenvolvimento) e de financiamento (com o fortalecimento e novo papel do BNDES e dos bancos públicos).

No campo da participação política, também tivemos avanços significativos. Dentre eles, destaca-se a relação democrática com as centrais sindicais, que passaram a intervir na política do salário mínimo e na previdência. Num quadro de crescimento do emprego e de valorização do salário-mínimo, a CUT, sobretudo, ganhou força e tem assumido um papel importante na cena política. No âmbito da agricultura familiar e reforma agrária, o diálogo com as entidades e movimentos dos trabalhadores tornou-se permanente. No campo das políticas públicas, abriu-se um novo espaço de participação democrática através das conferências nacionais. Foram quase 70, em temas como educação, cultura, comunicação. Esse processo sugere novos avanços qualitativos na democratização do país.

A alta aprovação popular ao governo reflete, em grande medida, a redução da pobreza e

a distribuição de renda em favor das parcelas mais pobres. Dilma defende eliminar definitivamente a pobreza absoluta em um prazo bastante curto. Combinada com a universalização das políticas públicas, estamos frente à possibilidade de uma inclusão social ainda mais ampla que a que tivemos nos últimos 8 anos.

Qual o potencial democrático dessa conquista? Essa questão fundamental vem sendo tratada nas análises do companheiro André Singer – vide sua entrevista na revista *Teoria e Debate*, maio-junho/2010 – com importantes sugestões de novas conquistas democráticas na participação popular. Ele chama a atenção para o fenômeno político de ampliação das bases tradicionais do PT – e, mais propriamente, do lulismo – em direção ao que denomina subproletariado, o que vai muito além da sua inclusão social. Na mesma *Teoria e Debate*, o companheiro Gustavo Venturi mostra os efeitos, para o PT, dessa nova realidade. A base social do partido vai se alargando exatamente junto aos setores mais pobres ao mesmo tempo em que volta a crescer como partido de maior referência para os trabalhadores e a população pobre.

Bases para um salto qualitativo

Esses elementos, que, naturalmente, podem ser ampliados e ganhar novas análises – e, nesse sentido, constituir-se num campo de formulação de novas propostas –, compõem um renovado potencial democrático para o nosso projeto. Já vemos na campanha a “força do povo” expressando-se em ampla adesão à candidatura Dilma, e comportando-se com enorme autonomia frente aos meios de comunicação conservadores. A campanha do PT deverá reforçar essa dinâmica de apoio e participação popular na conquista do 3º mandato presidencial e nas conquistas de governos estaduais e bancadas. E também ampliará o grau de simpatia popular ao próprio partido, reforçando a união das bases sociais de trabalhadores e setores pobres. Nesse contexto, a defesa de uma plataforma especificamente democrática ganha muita força e é um complemento obrigatório ao programa econômico e social.

Um dos objetivos do PT é o de, na campanha, ganhar legitimidade e hegemonia para a reforma política. Pelas experiências anteriores, para adquirir esse sentido, ela tem de significar mais que uma reforma da representação política e avançar para uma reforma democrática do Estado com ampla participação social. Ao mesmo tempo, trata-se de não

subestimar o potencial de participação política desencadeado pela nossa experiência de governo. Trata-se, ao contrário, de, além de buscar sua máxima expressão eleitoral, construir novos e possíveis desenvolvimentos democráticos no país.

Desafios programáticos

De um ponto de vista mais largo, temos o desafio de atualizar e desenvolver nosso programa democrático. Nossas experiências anteriores, como a do orçamento participativo, são referências necessárias e insubstituíveis para novas elaborações e aprendizados para a democracia participativa em escala nacional. Além do desafio da mudança de escala – passando do nível local ou estadual para o de país – temos o da nova participação social. A ampla inclusão social refere-se a uma enorme parcela da população com pouca ou nenhuma experiência de organização. Mas que, ao que parece, aprende rápido e pode desenvolver novas práticas democráticas (que, em uma perspectiva histórica, não serão “doadas” mas, em grande medida, “inventadas” por elas próprias).

Assim, estamos frente a um novo e bom problema. Em relação a ele não basta repetir o que já fizemos, por melhor que tenhamos feito. Esse aprendizado teórico e prático da democracia participativa é uma base fundamental para desenvolver o potencial político que está sendo construído em conjunto com a luta pela conquistas eleitorais em curso.

** Carlos Henrique Árabe é secretário nacional de formação política do PT.*

Organização, participação e políticas para o Brasil

16/09/2010. O professor Leonardo Avritzer, da Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, é certamente o intelectual da Universidade brasileira que, através de um trabalho que percorreu as duas últimas décadas, tornou-se a principal referência para a teorização, análise e pesquisa no campo da democracia participativa. Confira entrevista aqui.

Avritzer tem doutorado na New School for Social Research e pós-doutorado no Massachusetts Institute of Technology (MIT), professor visitante na USP, em Coimbra e na Universidade de Toulaine, dirigiu pesquisas sobre participação em São Paulo (onde assessorou a experiência do Orçamento Participativo e coordenou a formação dos delegados), no Nordeste, em Minas e nos municípios brasileiros que realizaram experiências de orçamento participativo.

O Prodep (Projeto de Democracia Participativa), centro de pesquisa que coordena, tornou-se uma ponte de diálogo para a América Latina (está criando, junto com o Centro de Estudos Sociais – CES – da Universidade de Coimbra, dirigido pelo professor Boaventura de Souza Santos, o CES da América Latina) e para a Europa (através de cursos de formação em vários países europeus). Também tem sido referência nos Fóruns Sociais Mundiais, além de coordenar, recentemente, um grande curso nacional de formação dos participantes das conferências e conselhos nacionais em convênio com a Secretaria Geral da Presidência da República.

25

A seguir, ele responde a algumas questões postas para a nossa reflexão.

1 - Você centralizou, em um período decisivo, no campo da ciência política brasileira, a polêmica contra as visões elitistas e restritamente institucionalistas da democracia. Que resultados pôde colher após esses anos de intenso e rico trabalho na Universidade para a transformação da democracia brasileira?

Após um conjunto de anos trabalhando o tema da democracia participativa no Brasil, eu tenho a impressão de que há uma mudança na maneira pela qual a participação é vista pela ciência política brasileira. Hoje, há um enorme debate sobre a importância da participação para a democracia. Hoje, há também um importante debate sobre as formas de conexão entre participação e representação.

Na minha opinião, o papel da participação na democracia brasileira foi fortemente reabilitado. Um conjunto de trabalhos sobre conselhos de políticas, sobre orçamentos participativos e sobre planos diretores municipais serve como subsídio para se pensarem as formas de participação no Brasil. Há todo um novo campo de estudos no qual universidade e sociedade interagem produtivamente.

2 - Contrariamente a uma tradição que reproduz ainda o estereótipo de que no Brasil a participação em associações voluntárias é fraca, as pesquisas que você vem dirigindo têm demonstrado uma outra realidade. Como interpretar as mudanças nas experiências participativas em relação às tradições brasileiras de clientelismo e coronelismo? E em que medida essas mudanças relacionam-se com o esforço para obter distribuição de renda mais justa e políticas públicas universalistas?

O ponto de partida para responder essa questão é de fato perceber que o Brasil foi um país com baixíssima propensão associativa até o início da nossa redemocratização, no final dos anos 70. Até esse período, principalmente a população de baixa renda participava muito pouco das associações de bairro e de outras formas de organização da sociedade civil. Tudo isso muda a partir do início da redemocratização, com o surgimento de movimentos sociais importantes, como o movimento pela reforma urbana, o MST, dentre outros.

Hoje, é possível dizer que há, no Brasil democrático, formas de organização da sociedade civil que são alternativas a duas grandes tradições de formação do Brasil: o clientelismo e o personalismo. No entanto, devemos observar que o clientelismo e o personalismo não desapareceram, mas subsistem ao largo dessas novas tradições mais horizontais.

3 - Que balanço você faz da participação nos governos de Lula? Houve avanços? E quais os principais limites?

26

Ocorreram avanços importantes no governo federal, especialmente na gestão do governo Lula. Se pensarmos nas conferências nacionais, na organização de conselhos nacionais, temos como observar importantes avanços. Mais de 70 conferências foram organizadas no governo Lula, em áreas mais diversas, desde a pesca até a saúde, passando pelos arranjos produtivos locais. Todas essas formas de participação são importantes formas de interação entre o governo e a sociedade civil, e existem evidências de que elas geraram iniciativas legislativas, tanto por parte do executivo quanto por parte do congresso nacional. A questão, no entanto, é como tornar essas novas formas de participação mais efetivas na determinação de políticas de governo.

4 - Quais seriam os principais desafios para avançar a democracia participativa no Brasil no próximo período?

O principal desafio para o próximo período é integrar efetivamente a participação à estrutura do governo federal. O legado do governo Lula é ter tornado a participação no governo federal efetiva. As conferências de fato ocorreram e fazem parte da cena política. O desafio agora é transformar as decisões das conferências em políticas, e articular melhor as formas de participação com a produção legislativa no Congresso Nacional. Só assim a participação no Brasil se articulará com as instâncias de representação, criando um sistema político para

além das formas já conhecidas.

A revolução democrática

06/12/2010. Ao programa em curso no Brasil de ampliação dos direitos sociais, inclusão de milhões de brasileiros no mercado de consumo, consolidação das instituições da sociedade civil e elevação da participação popular nas decisões públicas, tem se chamado comumente no PT e em setores da esquerda de Revolução Democrática.

Robinson Almeida

Aqui na Bahia, a experiência do primeiro mandato do governador Jaques Wagner remete também a um acerto da mesma estratégia política e de modelo programático.

A Revolução Democrática na Bahia se afirmou pela inversão das prioridades, num estado marcado por profundas desigualdades sociais, entre as maiores da nação. Desenvolvimento, inclusão e democracia passaram a ser um todo, inseparável, partes de um mesmo projeto. A novidade, com os governos Lula e Wagner, é que agora incluir é desenvolver. Essa opção estratégica mudou a presença do Estado na economia. Fez com que o bolo crescesse mais porque está sendo repartido com os que mais precisam.

28

Uma análise das carências de água e saneamento, moradia, saúde e alfabetização, revela o quadro de injustiça social acumulado há décadas. É por isso, que as principais ações do governo focaram os pobres, que necessitam mais do Estado presente em suas vidas. A Bahia se tornou referência em programas sociais, como o Água para Todos, Todos Pela Alfabetização (TOPA), Casa da Gente e na ampliação da saúde pública. Ao tempo que combateu a exclusão, o governo enfrentou os gargalos do desenvolvimento. Na infra-estrutura, a restauração das estradas, as conquistas da Via Expressa, Ferrovia Oeste-Leste, Porto Sul e obras para a Copa 2014. Mais energia com o Gasene.

Nesse primeiro mandato, o PIB baiano cresceu acima da média nacional, alcançando a chinesa taxa de 10% no primeiro semestre de 2010. Foram batidos todos os recordes na geração de empregos. Em menos de quatro anos, mais postos de trabalho com carteira assinada gerados que a soma dos 12 anos anteriores. Não se pode deixar de creditar parcelas desse sucesso a estratégia da Revolução Democrática. É comum em toda a Bahia, inclusive em segmentos empresariais, a constatação da mudança do ambiente político e de negócios. Mais livres, as forças econômicas e sociais produziram mais em

nosso estado.

A liberdade também chegou aos entes institucionais e federativos. O governador, ao firmar uma relação de autonomia e independência com os demais poderes, restabeleceu de fato a república na Bahia. Da mesma forma, pois fim à perseguição estatal aos adversários políticos, promovendo uma relação republicana com partidos e agentes públicos. A sociedade foi convocada a participação no governo. A elaboração das políticas públicas foi realizada por milhares de mãos mobilizadas para a cidadania.

Começou com a peça maior do planejamento de governo, o Plano Plurianual, feito de forma participativa em todos os Territórios de Identidade. Conferências setoriais em todas as áreas. Os movimentos sociais reconhecidos. Os empresariais tratados com profissionalismo. Os servidores públicos trocaram o protocolo sem resposta pela mesa de negociação. Negros, mulheres e jovens valorizados institucionalmente. Religiões respeitadas. Desobstruídos os canais da interlocução entre governo e sociedade, respira-se mais democracia na Bahia!

Nas eleições de outubro, uma vitória maiúscula. Praticamente dois em cada três eleitores votaram na chapa Wagner-Otto, a eleição da ampla maioria parlamentar, dos dois Senadores e da presidente Dilma. Está consolidada a transição e demarcado o novo período histórico na Bahia. A esperança de 2006 se renovou para o futuro. A governança sai amadurecida com a aprovação do programa da Revolução Democrática e pela consagração da liderança de tipo novo, democrática e eficiente, do governador Wagner.

Do próximo governo é de se esperar os ajustes necessários e que aprofunde o projeto de mudanças iniciado em 2007. Que faça muito mais do mesmo. Promova direitos sociais, fortaleça a democracia e coloque a Bahia entre os estados mais desenvolvidos do país. Revolução Democrática é o nome da nova hegemonia. A Bahia vai seguir em frente.

** Robinson Almeida é o assessor-geral de Comunicação Social do Governo da Bahia.*

Políticas para mulheres e mulheres na política

29/11/2010. Em entrevista à [CartaCapital](#) a cientista social Tatau Godinho faz uma análise da situação da mulher na política, fala sobre desigualdade de gêneros e da postura da oposição diante de uma mulher na presidência.

Por Paula Thomaz

Desde o início da campanha eleitoral Dilma Rousseff gerou uma expectativa entre as mulheres brasileiras em relação à questão feminina na política. Passado o segundo turno e conhecido o resultado, o Brasil ganha uma mulher como presidente, a primeira da história, eleita com 56% dos votos válidos contra 44% para o oponente José Serra.

Para fazer uma análise dos ganhos da população feminina com a eleição de Dilma à presidência, o site de CartaCapital entrevistou a cientista social dedicada à temática do feminismo e política, Tatau Godinho. Ela acredita que “as questões relacionadas aos direitos das mulheres vão ser colocadas na agenda política de forma muito mais cotidiana”. Mas isso também depende de uma presença mais forte do movimento de mulheres para que sejam feitas mudanças no sentido progressista. E avisa: “o campo da oposição provavelmente se apoiará em uma agenda conservadora em relação aos direitos das mulheres, como já ocorreu nas eleições.”

30

CartaCapital: Como você vê a situação da mulher hoje na política em termos de participação e de políticas voltadas ao gênero feminino?

Tatau Godinho: A presença das mulheres na política tem aumentado nos últimos anos. Em termos de políticas públicas, questões específicas voltadas à saúde das mulheres, o combate à violência e mesmo uma ampliação nos horizontes profissionais têm sido alvo de atenção dos governantes. Mas uma alteração mais profunda nas desigualdades entre homens e mulheres ainda está por vir.

Quanto à participação, no entanto, os espaços da política mais institucionalizados ainda são um gueto masculino. Fala-se muito na necessidade da presença das mulheres, mas o fato é que direções dos partidos, no parlamento, nos cargos executivos e de direção, as mulheres ainda aparecem como uma exceção.

E isso reflete uma realidade presente em, praticamente, todas as outras áreas da sociedade. O comando das empresas, as direções dos jornais, de outros meios de comunicação, por exemplo, ainda são lugares onde a presença das mulheres é quase simbólica.

CartaCapital: Existem mais mulheres que homens no Brasil, a mulher é responsável, em muitos casos, pela educação dos filhos, tem contribuição

efetiva na sociedade, tem um dia internacional dedicado a ela. Por que quando se trata de política tudo isso parece se reduzir?

TG: A ampliação da presença das mulheres no mundo público, isto é, fora do âmbito da família, continua totalmente vinculada a uma sobrecarga colocada sobre elas em relação ao cotidiano, à vida familiar, ao cuidado com as pessoas. As mulheres assumem novas tarefas, mas muito pouco se alterou nas relações de poder. E a política é o espaço concentrado das dinâmicas de poder na sociedade. É ali que são definidos boa parte dos grandes grupos de interesses, dos destinos dos países. Obviamente, as disputas políticas não ocorrem apenas nos espaços tradicionais ou institucionais. Mas é um sintoma da fragilidade da democracia a exclusão tão recorrente das mulheres.

CartaCapital: Quais os avanços poderão ser conquistados pelas mulheres, na política, com a eleição de Dilma Rousseff à presidência da República?

TG: Sem dúvida uma mulher na Presidência da República já representa, de saída, uma quebra de barreiras. O principal cargo político do país é uma referência necessária para os debates, as articulações políticas, para as mais diversas áreas em torno das quais a sociedade se mobiliza. Tem uma influência importante, também, no imaginário social em relação às mulheres. Mas as mudanças mais concretas, em termos de políticas, dependem da insistência que a presidenta tiver em fortalecer uma agenda voltada para a igualdade. As questões relacionadas aos direitos das mulheres vão ser colocadas na agenda política de forma muito mais cotidiana. E é muito importante uma presença mais forte do movimento de mulheres para que isso seja feito em um sentido progressista. O campo de oposição, provavelmente, se apoiará também em uma agenda conservadora em relação aos direitos das mulheres, como já ocorreu nas eleições. Por isso, para garantir um avanço, acredito que seja necessário que a sociedade se mobilize no sentido de possibilitar um efetivo avanço de direitos. Dilma Rousseff tem um histórico de atuação rompendo espaços em áreas muito fechadas às mulheres e, acredito, que isso dará a ela uma boa experiência de como lidar em um ambiente adverso.

31

CartaCapital: O que muda na bancada feminina no Congresso com a eleição de Dilma?

TG: As deputadas e senadoras têm uma oportunidade inédita de fortalecer sua voz no Congresso. Mas é preciso se apoderar dos sinais indicados pela futura presidenta, de que valoriza o aumento da participação política das mulheres, e consolidar novas lideranças nas disputas concretas que compõem o dia a dia do Congresso. Esse é um momento privilegiado para que as parlamentares mulheres reforcem sua presença e, mais especialmente, para que a bancada feminina apareça como uma forte articuladora de reivindicações de políticas que incidam sobre a desigualdade entre mulheres e homens. Para isso é necessário que a atuação se pautem por uma plataforma ampla, que não fique apenas em temas de

menor incidência, ou nas áreas que são consideradas tradicionalmente mais receptivas à participação das mulheres. Há questões fundamentais em relação ao mundo do trabalho, no âmbito da política econômica e de desenvolvimento, da previdência, ou a reforma política e partidária, como mencionado anteriormente, que são muito importantes. Isso vai depender da atuação das parlamentares comprometidas com essa agenda. Ampliar o número de mulheres é muito importante, mas mudanças reais para as mulheres só ocorrerão se isso se combina com uma agenda de propostas e reivindicações para alterar as condições de desigualdade e discriminação vividas pelas mulheres.

CartaCapital: Em reunião de transição dos ministérios na segunda-feira 8, Dilma anunciou que quer mais mulheres no primeiro escalão do governo. O que achou dessa atitude da presidente?

TG: É muito positivo que Dilma tenha acenado, logo de início, com a importância de ter uma presença maior das mulheres em cargos chaves do governo. Com certeza os partidos vão resistir. Afinal, dois corpos não ocupam o mesmo lugar no espaço. Nem na física nem na política. E a concentração masculina nas redes de direção é brutal. Não são apenas os dirigentes partidários. Isso inclui os quadros do parlamento, das direções sindicais, das universidades ou outras entidades da sociedade. A insistência da presidenta em compor um governo com maior presença de mulheres obrigará os partidos, e toda a sociedade, a discutir a questão.

32

Em outros países, houve um processo semelhante. Como na Espanha, por exemplo. E isso cria, de fato, possibilidades de mudanças.

CartaCapital: Falando de gênero, para você as mulheres são iguais aos homens, têm necessidades específicas ou lhes faltam alguns privilégios concedidos aos homens?

TG: Quando se fala em igualdade entre mulheres e homens, o sentido é a igualdade social e política. É evidente que na sociedade os homens têm imensos privilégios em todos os âmbitos: renda mais alta, acesso a melhores postos e empregos, mais tempo de lazer, dominam os espaços de poder político e econômico na sociedade. E isso se articula com todas as vantagens que têm no campo da vida pessoal e familiar, em relação ao cuidado com os filhos, ao trabalho doméstico, e nas questões ligadas à sexualidade. É isso que é preciso mudar. Há um pensamento conservador que atribui às mulheres um papel centrado na maternidade e na família. Isso é cultivado. É um mecanismo que justifica a falta de responsabilização masculina. Assim os homens ficam livres para o poder, enquanto as mulheres cuidam da sobrevivência. É essa a divisão que precisa ser superada na sociedade. Naturalizar o papel das mulheres na família, na maternidade, nas funções do cuidado é negar às mulheres a posição de igualdade e racionalidade e, em última instância, deixar as funções de direção e

poder efetivos da sociedade, a elaboração da cultura e da ciência para os homens.

CartaCapital: Chegaremos a um dia em que a desigualdade de gêneros será superada?

TG: Eu acredito que sim. Para uma superação efetiva das desigualdades é preciso uma mudança mais geral. A sociedade capitalista absorve e rearticula as relações de dominação compondo uma dinâmica de desigualdade que favorece a exploração, a concentração de renda, a manutenção de padrões de opressão em diversos níveis. A superação da desigualdade de gêneros é uma perspectiva libertária, de uma sociedade livre com seres humanos vivendo em plenitude suas capacidades. E isso exige a mudança do modelo de sociedade atual, em que as desigualdades são parte da organização necessária das relações sociais. Mas isso não significa jogar as reivindicações para um futuro distante e abstrato. É preciso investir para que as mudanças sejam implantadas desde agora. Toda mudança é um processo político e social que envolve também conflitos. E nós não podemos deixar de enfrenta-los.

CartaCapital:Qual tem sido a importância da Secretaria de Políticas para Mulheres desde a sua criação?

TG: A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres foi uma iniciativa muito importante do governo. Ela buscou construir uma agenda para todo o governo. Em algumas questões, como a proposta de implantar uma política de combate à violência sexista, os avanços são mais claros. Em outras áreas, ainda há muito o que fazer. Os esforços da SPM em coordenar um plano geral de políticas para as mulheres são significativos e as dificuldades são muito grandes. É necessário uma consolidação maior dessa política no próximo governo.

33

CartaCapital: Como você acredita que a sociedade brasileira enxerga a falta do primeiro cavalheiro ao lado de Dilma?

TG: Essa é uma discussão que demonstra o grau de conservadorismo na sociedade. Afinal, a discussão só existe porque os espaços de poder são considerados lugares para os homens e não para as mulheres. O cargo de primeira-dama é a pior simbologia do atraso em relação às mulheres: significa que o lugar para elas é de esposa, e não de dirigente. É a reafirmação de que para as mulheres o espaço legítimo é o mundo privado e não a esfera pública, como é o caso da política. Além do mais, isso ainda se combina com o clientelismo que enxerga a política de assistência social como caridade e não como direito!

Chama a atenção o quanto mesmo os setores pretensamente mais modernos da sociedade reforçam esse papel e esse lugar para as mulheres. E, inclusive, criticam as mulheres que se recusam a aceitar esse papel. Que, sendo mais informal, é tudo de atrasado, de medíocre e de “brega”.

Uma mulher na presidência tem, além de tudo o mais, a vantagem de nos livrar dessa discussão.

CartaCapital: Chamar Dilma de presidente ou presidenta faz diferença?

TG: É uma questão simbólica. Não é decisiva mas possibilita marcar o significado da eleição de uma mulher para a presidência. E forçar um pouquinho a Língua Portuguesa a se adaptar a um mundo de homens e mulheres também nos cargos, carreiras e funções antes ocupados apenas por homens.

Discurso de vitória de Dilma

Discurso de Dilma Rousseff, presidenta eleita do Brasil, proferido no último domingo, 31 de outubro, em Brasília, após o anúncio oficial de sua vitória nas urnas.

Minhas amigas e meus amigos de todo o Brasil,

É imensa a minha alegria de estar aqui. Recebi hoje de milhões de brasileiras e brasileiros a missão mais importante de minha vida. Este fato, para além de minha pessoa, é uma demonstração do avanço democrático do nosso país: pela primeira vez uma mulher presidirá o Brasil. Já registro portanto aqui meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras, para que este fato, até hoje inédito, se transforme num evento natural. E que ele possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis, nas entidades representativas de toda nossa sociedade.

A igualdade de oportunidades para homens e mulheres é um princípio essencial da democracia. Gostaria muito que os pais e mães de meninas olhassem hoje nos olhos delas, e lhes dissessem: SIM, a mulher pode!

Minha alegria é ainda maior pelo fato de que a presença de uma mulher na presidência da República se dá pelo caminho sagrado do voto, da decisão democrática do eleitor, do exercício mais elevado da cidadania. Por isso, registro aqui outro compromisso com meu país:

- *Valorizar a democracia em toda sua dimensão, desde o direito de opinião e expressão até os direitos essenciais da alimentação, do emprego e da renda, da moradia digna e da paz social.*
- *Zelarei pela mais ampla e irrestrita liberdade de imprensa.*
- *Zelarei pela mais ampla liberdade religiosa e de culto.*
- *Zelarei pela observação criteriosa e permanente dos direitos humanos tão claramente consagrados em nossa constituição.*
- *Zelarei, enfim, pela nossa Constituição, dever maior da presidência da República.*

Nesta longa jornada que me trouxe aqui pude falar e visitar todas as nossas regiões. O que mais me deu esperanças foi a capacidade imensa do nosso povo, de agarrar uma oportunidade, por mais singela que seja, e com ela construir um mundo melhor para sua família. É simplesmente incrível a capacidade de criar e empreender do nosso povo. Por isso, reforço aqui meu compromisso fundamental: a erradicação da miséria e a criação de oportunidades para todos os brasileiros e brasileiras.

Ressalto, entretanto, que esta ambiciosa meta não será realizada pela vontade do

governo. Ela é um chamado à nação, aos empresários, às igrejas, às entidades civis, às universidades, à imprensa, aos governadores, aos prefeitos e a todas as pessoas de bem.

Não podemos descansar enquanto houver brasileiros com fome, enquanto houver famílias morando nas ruas, enquanto crianças pobres estiverem abandonadas à própria sorte. A erradicação da miséria nos próximos anos é, assim, uma meta que assumo, mas para a qual peço humildemente o apoio de todos que possam ajudar o país no trabalho de superar esse abismo que ainda nos separa de ser uma nação desenvolvida.

O Brasil é uma terra generosa e sempre devolverá em dobro cada semente que for plantada com mão amorosa e olhar para o futuro. Minha convicção de assumir a meta de erradicar a miséria vem, não de uma certeza teórica, mas da experiência viva do nosso governo, no qual uma imensa mobilidade social se realizou, tornando hoje possível um sonho que sempre pareceu impossível.

Reconheço que teremos um duro trabalho para qualificar o nosso desenvolvimento econômico. Essa nova era de prosperidade criada pela genialidade do presidente Lula e pela força do povo e de nossos empreendedores encontra seu momento de maior potencial numa época em que a economia das grandes nações se encontra abalada.

No curto prazo, não contaremos com a pujança das economias desenvolvidas para impulsionar nosso crescimento. Por isso, se tornam ainda mais importantes nossas próprias políticas, nosso próprio mercado, nossa própria poupança e nossas próprias decisões econômicas.

Longe de dizer, com isso, que pretendamos fechar o país ao mundo. Muito ao contrário, continuaremos propugnando pela ampla abertura das relações comerciais e pelo fim do protecionismo dos países ricos, que impede as nações pobres de realizar plenamente suas vocações.

Mas é preciso reconhecer que teremos grandes responsabilidades num mundo que enfrenta ainda os efeitos de uma crise financeira de grandes proporções e que se socorre de mecanismos nem sempre adequados, nem sempre equilibrados, para a retomada do crescimento.

É preciso, no plano multilateral, estabelecer regras mais claras e mais cuidadosas para a retomada dos mercados de financiamento, limitando a alavancagem e a especulação desmedida, que aumentam a volatilidade dos capitais e das moedas. Atuaremos firmemente nos fóruns internacionais com este objetivo.

Cuidaremos de nossa economia com toda responsabilidade. O povo brasileiro não aceita mais a inflação como solução irresponsável para eventuais desequilíbrios. O povo brasileiro não aceita que governos gastem acima do que

seja sustentável.

Por isso, faremos todos os esforços pela melhoria da qualidade do gasto público, pela simplificação e atenuação da tributação e pela qualificação dos serviços públicos. Mas recusamos as visões de ajustes que recaem sobre os programas sociais, os serviços essenciais à população e os necessários investimentos.

Sim, buscaremos o desenvolvimento de longo prazo, a taxas elevadas, social e ambientalmente sustentáveis. Para isso zelaremos pela poupança pública.

Zelaremos pela meritocracia no funcionalismo e pela excelência do serviço público. Zelarei pelo aperfeiçoamento de todos os mecanismos que liberem a capacidade empreendedora de nosso empresariado e de nosso povo. Valorizarei o Micro Empreendedor Individual, para formalizar milhões de negócios individuais ou familiares, ampliarei os limites do Supersimples e construirei modernos mecanismos de aperfeiçoamento econômico, como fez nosso governo na construção civil, no setor elétrico, na lei de recuperação de empresas, entre outros.

As agências reguladoras terão todo respaldo para atuar com determinação e autonomia, voltadas para a promoção da inovação, da saudável concorrência e da efetividade dos setores regulados.

Apresentaremos sempre com clareza nossos planos de ação governamental. Levaremos ao debate público as grandes questões nacionais. Trataremos sempre com transparência nossas metas, nossos resultados, nossas dificuldades.

37

Mas acima de tudo quero reafirmar nosso compromisso com a estabilidade da economia e das regras econômicas, dos contratos firmados e das conquistas estabelecidas.

Trataremos os recursos provenientes de nossas riquezas sempre com pensamento de longo prazo. Por isso trabalharei no Congresso pela aprovação do Fundo Social do Pré-Sal. Por meio dele queremos realizar muitos de nossos objetivos sociais.

Recusaremos o gasto efêmero que deixa para as futuras gerações apenas as dívidas e a desesperança.

O Fundo Social é mecanismo de poupança de longo prazo, para apoiar as atuais e futuras gerações. Ele é o mais importante fruto do novo modelo que propusemos para a exploração do pré-sal, que reserva à Nação e ao povo a parcela mais importante dessas riquezas.

Definitivamente, não alienaremos nossas riquezas para deixar ao povo só migalhas. Me comprometi nesta campanha com a qualificação da Educação e dos Serviços de Saúde. Me comprometi também com a melhoria da segurança

pública. Com o combate às drogas que infelicitam nossas famílias.

Reafirmo aqui estes compromissos. Nomearei ministros e equipes de primeira qualidade para realizar esses objetivos. Mas acompanharei pessoalmente estas áreas capitais para o desenvolvimento de nosso povo.

A visão moderna do desenvolvimento econômico é aquela que valoriza o trabalhador e sua família, o cidadão e sua comunidade, oferecendo acesso a educação e saúde de qualidade. É aquela que convive com o meio ambiente sem agredí-lo e sem criar passivos maiores que as conquistas do próprio desenvolvimento.

Não pretendo me estender aqui, neste primeiro pronunciamento ao país, mas quero registrar que todos os compromissos que assumi, perseguirei de forma dedicada e carinhosa. Disse na campanha que os mais necessitados, as crianças, os jovens, as pessoas com deficiência, o trabalhador desempregado, o idoso teriam toda minha atenção. Reafirmo aqui este compromisso.

Fui eleita com uma coligação de dez partidos e com apoio de lideranças de vários outros partidos. Vou com eles construir um governo onde a capacidade profissional, a liderança e a disposição de servir ao país será o critério fundamental.

38

Vou valorizar os quadros profissionais da administração pública, independente de filiação partidária.

Dirijo-me também aos partidos de oposição e aos setores da sociedade que não estiveram conosco nesta caminhada. Estendo minha mão a eles. De minha parte não haverá discriminação, privilégios ou compadrio.

A partir de minha posse serei presidenta de todos os brasileiros e brasileiras, respeitando as diferenças de opinião, de crença e de orientação política.

Nosso país precisa ainda melhorar a conduta e a qualidade da política. Quero empenhar-me, junto com todos os partidos, numa reforma política que eleve os valores republicanos, avançando em nossa jovem democracia.

Ao mesmo tempo, afirmo com clareza que valorizarei a transparência na administração pública. Não haverá compromisso com o erro, o desvio e o malfeito. Serei rígida na defesa do interesse público em todos os níveis de meu governo. Os órgãos de controle e de fiscalização trabalharão com meu respaldo, sem jamais perseguir adversários ou proteger amigos.

Deixei para o final os meus agradecimentos, pois quero destacá-los. Primeiro, ao povo que me dedicou seu apoio. Serei eternamente grata pela oportunidade única de servir ao meu país no seu mais alto posto. Prometo devolver em dobro todo o

carinho recebido, em todos os lugares que passei.

Mas agradeço respeitosamente também aqueles que votaram no primeiro e no segundo turno em outros candidatos ou candidatas. Eles também fizeram valer a festa da democracia.

Agradeço as lideranças partidárias que me apoiaram e comandaram esta jornada, meus assessores, minhas equipes de trabalho e todos os que dedicaram meses inteiros a esse árduo trabalho. Agradeço a imprensa brasileira e estrangeira que aqui atua e cada um de seus profissionais pela cobertura do processo eleitoral.

Não nego a vocês que, por vezes, algumas das coisas difundidas me deixaram triste. Mas quem, como eu, lutou pela democracia e pelo direito de livre opinião arriscando a vida; quem, como eu e tantos outros que não estão mais entre nós, dedicamos toda nossa juventude ao direito de expressão, nós somos naturalmente amantes da liberdade. Por isso, não carregarei nenhum ressentimento.

Disse e repito que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. As críticas do jornalismo livre ajudam o país e são essenciais aos governos democráticos, apontando erros e trazendo o necessário contraditório.

Agradeço muito especialmente ao presidente Lula. Ter a honra de seu apoio, ter o privilégio de sua convivência, ter aprendido com sua imensa sabedoria, são coisas que se guarda para a vida toda. Conviver durante todos estes anos com ele me deu a exata dimensão do governante justo e do líder apaixonado por seu país e por sua gente. A alegria que sinto pela minha vitória se mistura com a emoção da sua despedida.

Sei que um líder como Lula nunca estará longe de seu povo e de cada um de nós. Baterei muito a sua porta e, tenho certeza, que a encontrarei sempre aberta. Sei que a distância de um cargo nada significa para um homem de tamanha grandeza e generosidade. A tarefa de sucedê-lo é difícil e desafiadora. Mas saberei honrar seu legado. Saberei consolidar e avançar sua obra.

Aprendi com ele que quando se governa pensando no interesse público e nos mais necessitados uma imensa força brota do nosso povo. Uma força que leva o país para frente e ajuda a vencer os maiores desafios.

Passada a eleição agora é hora de trabalho. Passado o debate de projetos agora é hora de união. União pela educação, união pelo desenvolvimento, união pelo país. Junto comigo foram eleitos novos governadores, deputados, senadores. Ao parabenizá-los, convido a todos, independente de cor partidária, para uma ação determinada pelo futuro de nosso país.

Sempre com a convicção de que a Nação Brasileira será exatamente do tamanho

daquilo que, juntos, fizemos por ela.

Muito obrigada.

Dilma Rousseff

O GOVERNO DILMA E A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

Juarez Guimarães

Professor da UFMG, cientista social.

Fruto de uma vitória histórica do povo brasileiro sobre um forte movimento de contrarrevolução democrática que se organizou em torno à candidatura de José Serra, a dinâmica do governo Dilma será marcada pelos desafios de por fim à miséria no Brasil e dar passos decisivos na democratização do poder.

Passou quase despercebida da opinião pública brasileira, a Nota Técnica do IPEA de julho de 2010 que prevê para 2016, caso se mantenha o ritmo alcançado entre 2002 e 2008, o fim da miséria extrema (aqueles que vivem com rendimentos familiares de menos de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo por pessoa) e a apenas 4 % dos brasileiros a miséria absoluta (aqueles que vivem com rendimento familiar menor do que $\frac{1}{2}$ do salário mínimo por pessoa).

O fim da miséria, se realmente concretizado, pode ser identificado como a transformação social mais importante da história brasileira desde o fim da escravidão. Um acontecimento de tal proporção, para ser analisado de forma adequada, precisa mobilizar um macro-conceito, que é o de construção do Estado do Bem-Estar Social. O que estamos vivendo no Brasil é, de fato, a construção retardatária e em um país da semi periferia do mundo, de vasto território e gigantesca população, das bases de um Estado do Bem-Estar Social.

A miséria secular no Brasil está sendo superada no Brasil exatamente por três processos convergentes que caracterizam um processo de construção de um Estado do Bem-Estar Social: a reorganização dos fundamentos e a expansão dos **direitos do trabalho**, a **universalização de direitos fundamentais** e a retomada da **construção do setor público** estatal em áreas fundamentais da reprodução da vida social.

Os direitos do trabalho constituem os fundamentos de toda experiência bem sucedida de construção de Estado do Bem-Estar Social. Eles envolvem a diminuição drástica do desemprego e o alcance de situação de quase ou pleno emprego; a elevação do salário-mínimo e dos salários reais dos trabalhadores; a formalização do mercado de trabalho e da cobertura previdenciária; e, por fim, a expansão dos direitos democráticos dos

trabalhadores, como a redução de sua jornada de trabalho. Este processo, que se tornou evidente no segundo mandato de Lula, deverá se expandir e ganhar nova qualidade no governo Dilma.

Se a expansão dos direitos do trabalho equivale a uma elevação histórica da força político-social das classes trabalhadoras, a universalização dos direitos renova as bases da solidariedade social e intergeracional da cidadania. Aqui está presente o valor básico de que todos independentes da riqueza, idade, cor, sexo, região, religião ou opção sexual, são cidadãos de iguais direitos. Esta universalização é, por princípio, a grande resposta ao desafio da violência social: à medida que a miséria for sendo vencida, a paz social irá conquistando terreno do crime organizado, da violência contra os jovens na periferia, dos preconceitos contra os negros e as mulheres.

O caráter público desta construção cimenta a unidade entre trabalhadores e classes médias, entre a memória e a imaginação do futuro, entre os mundos urbanos e rurais, conformando espaços de convivência democrática nas escolas e universidades, nas redes públicas de saúde, nos circuitos da cultura e da vida social. Por esta via, o Brasil sairá definitivamente dos labirintos malditos do apartheid social, da segregação pela riqueza e pela cor. Os programas de Dilma para as áreas de educação, saúde, segurança e habitação aprofundam este caminho de construção pública e, juntos com a melhoria do emprego e do salário, podem até antecipar as previsões do IPEA.

O desafio macro-econômico

Se o cenário econômico internacional tornou-se hostil e francamente em crise apenas no sétimo ano dos governos Lula, Dilma já assume em um cenário de turbulência cambial, de adoção de medidas gravemente recessivas na Europa, de precário dinamismo e crise da economia norte-americana. O governo Dilma já nasce com a consciência instalada de que a sustentação de uma dinâmica de crescimento mais elevada dependerá cada vez mais do mercado interno, da adoção de medidas contra a valorização artificial do real, de superação da artificialidade da taxa básica de juros no Brasil em relação ao padrão vigente no resto do mundo, de aprofundamento da capacidade de investimento e de planejamento sistêmico do Estado brasileiro.

É, neste sentido, uma situação inversa àquela em que Lula assumiu o primeiro mandato: se naquela época, os fundamentos internos estavam deteriorados pelos anos neoliberais

– intervenção do FMI, inflação em alta, dívida pública descontrolada –, a economia internacional ainda experimentava um ciclo de dinamismo, embora acumulando contradições que iriam explodir em um momento seguinte; agora, os fundamentos internos estão em melhores condições, devido fundamentalmente ao retorno de um princípio desenvolvimentista em particular a partir de 2006, mas as condições internacionais estão mais degradadas.

A economia brasileira durante o governo Dilma estará alentada pelo segundo ciclo do PAC, que prevê a construção de dois milhões de moradias, e pelo início do processo do Pré-Sal, com toda a mobilização de investimentos, empregos, novas tecnologias e riquezas que trará. A agricultura familiar, que já alcançou um patamar histórico inédito de reorganização através da ampliação sem precedentes do crédito, viverá agora a possibilidade de um novo ciclo de elevação da produtividade através dos investimentos em assistência técnica. E, mais do que tudo, a diminuição dos juros e da dívida pública, em um contexto de elevação da capacidade de arrecadação do Estado, permitirá o aprofundamento dos investimentos do Estado em infraestrutura, não apenas na área da energia, mas nas cidades metropolitanas em ritmo de preparação para a Copa de Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

43

Em um processo praticamente não noticiado, o Brasil já acumulou um caminho para viver nos anos Dilma o amadurecimento de grandes projetos de inovação científico-tecnológica, conformando as bases de maturação de um sistema nacional de inovação em áreas definidas como prioritárias. É este novo ciclo científico-tecnológico, alentado pelos vultosos investimentos nas áreas de excelência da universidade pública brasileira, que poderão ir definindo o lugar particular da economia brasileira em ascensão para a condição de quinta economia do mundo.

Desenvolvimento e ecologia

Uma das grandes novidades no processo eleitoral de 2010 foi o aparecimento de uma candidatura – a de Marina Silva – centrada nos temas da ecologia. No segundo turno, foi fundamental o apoio à candidatura Dilma de Leonardo Boff, voltando a tecer publicamente em um momento decisivo as relações entre ecologia e socialismo.

Durante o governo Lula, passos fundamentais foram dados: quebrou-se o ciclo de expansão e reduziu-se drasticamente o processo de desmatamento da Amazônia,

equacionou-se de forma ousada o desafio energético com o biocombustível e criaram-se novos instrumentos de regulação, inclusive vinculando-se pela primeira vez o financiamento público a compromissos de preservação ambiental. O deslanche do investimento público em saneamento terá certamente, além das profundas repercussões sociais, efeitos na preservação das águas.

Mas, diante de um período de retorno de crescimento acelerado, é evidente que estas medidas são insuficientes. O que se requer é um salto qualitativo na consciência ecológica que assegure a geração de novas matrizes de desenvolvimento que já tragam articuladas metas ambientais com o processo mesmo de inovação tecnológica e crescimento. Novas diretrizes para as grandes metrópoles, novas simbioses virtuosas entre campo e cidade, novos padrões de segurança alimentar e novas tecnologias de desenvolvimento agrário são necessárias.

O desafio democrático

Mudanças sociais desta magnitude, que incidem sobre vultosos interesses econômicos, e que repercutem sobre a própria geopolítica mundial colocam no centro inevitavelmente o desafio de democratizar o poder. Como se verificou mais claramente no segundo turno das eleições de 2010, se não fosse a militância social de centenas de milhares que tomaram as ruas de todo o Brasil, uma verdadeira contrarrevolução democrática poderia ter sido vitoriosa. 10

Não é artificial, deste ponto de vista, a fala final do candidato Serra de “que a luta pela democracia apenas começou”. Do ponto de vista liberal, a ascensão dos trabalhadores e pobres põe em risco privilégios centenares, a ação da esquerda no governo central desequilibra a correlação de força entre as classes, o protagonismo do Estado desenvolvimentista ameaça os poderes do capital, um governo em conflitividade com os interesses dos EUA ameaça toda a América Latina. Pelo petróleo do Iraque, uma guerra se fez; pelo controle das riquezas do Pré-Sal, por seu uso social ou por sua apropriação privada, que guerras políticas não se farão?

O protagonismo de Serra na fase final das eleições, ascendendo de um piso de cerca de 25 % dos votos até 43 % no segundo turno, apoiou-se em uma retórica da liberdade que unia praticamente todas as vertentes conservadoras brasileiras, em diálogo com correntes conservadoras internacionais. Esta dinâmica, sem dúvida, procurará se aprofundar nos próximos anos.

São os socialistas democráticos os mais interessados e os que devem liderar a agenda democrática no país. Há, pelo menos, três grandes agendas democráticas neste próximo período.

A primeira delas é a da reforma política, que precisa ganhar desenvoltura nos movimentos sociais, força na sociedade, hegemonia na opinião pública para ser capaz de ter uma vitória parlamentar. Não há atalhos para a reforma política: ganhar solidez de argumentos, adquirir capacidade persuasiva, estruturar grandes alianças, ocupar as ruas e praças como nas campanhas memoráveis que já dirigimos, é o caminho.

A segunda agenda diz respeito à institucionalização dos novos direitos sociais em compasso com a estruturação de um sistema nacional de participação no governo federal, como tem sido vocalizado pelo atual ministro Luiz Dulci. As conferências nacionais, os conselhos setoriais, a discussão pública do orçamento da União são fundamentais para se desenvolver uma dialética positiva entre governo e movimentos sociais.

A terceira agenda é a luta sem tréguas contra a corrupção sistêmica. O reforço de orçamento e quadros da Controladoria Geral da União tem que vir de par com parcerias

com a sociedade civil organizada. A cada ano, o governo federal deveria prestar contas ao país do que foi feito e o que se pretende fazer no combate à corrupção.

Hegemonia na opinião pública

Acompanhando e inflamando a virulência da campanha de Serra, em seus motivos do preconceito, de ódio social e aos valores da esquerda, a mídia empresarial adquiriu nestas eleições de 2010 um novo patamar anti-democrático. A partidarização sem nenhum limite gerou não apenas o anti-pluralismo, mas a intolerância com a autonomia de opinião; a editorialização da notícia, deformando-a e desinformando, impede os cidadãos de formarem juízos minimamente objetivos.

Um cidadão censurado ou sem voz não é um cidadão. A apropriação da liberdade de expressão dos brasileiros por um grupo de empresários programaticamente orientados por um partido liberal conservador expropria, na verdade, a enorme maioria dos brasileiros do direito à informação e ao pluralismo.

Construir uma esfera pública de formação da opinião, que garanta voz às majorias e minorias, que restaure e amplie o pluralismo das opiniões, que expresse a diversidade cultural, que promova o debate democrático bem informado é hoje um grande desafio da democracia brasileira.

46

Esta esfera pública de formação de opinião deve alentar os canais públicos estatais, não dirigidos arbitrariamente por um governo mas concebidos como plurais e com participação da sociedade civil organizada. É fundamental aqui o projeto de desenvolvimento da TV pública brasileira. Em segundo lugar, deve regulamentar o exercício da comunicação segundo os padrões republicanos. E, por fim, há todo um imenso campo de criação de circuitos alternativos de informação, opinião e debate – impressos, eletrônicos ou virtuais - em sintonia com o vasto tecido da sociedade democrática brasileira.

Os tempos de emancipação, como os que estamos vivendo e viveremos cada vez mais, são tempos de felicidade pública, de expansão da esperança e da imaginação, de amizades e amores, de memória e criação. Definitivamente, não cabem nos circuitos do ódio e do preconceito que ocupam as páginas e as telas da grande mídia patronal.

II – Debate internacional

"O desafio da economia permanece essencial"

22/12/2010. Confirma o pronunciamento do sociólogo cubano Aurelio Alonso, da Universidade de Havana, no Colóquio Internacional "A América Latina e o Caribe entre a Independência das Metrôpoles Coloniais e a Integração Emancipatória", proferido em 23 de novembro último. A tradução é de Lúcio Costa.

*Aurelio Alonso **

Eu diria que nos unem, nesta comemoração de 1810, um conjunto de coincidências. A primeira, talvez, quase evidente: as independências foram vulneráveis a uma síndrome de reversibilidade, desembocaram em outra dependência e, deste lado do Atlântico, o que resultou mais universal foi essa reversão. A única independência imune ao retrocesso foi a anglo-saxã, nascida com uma voracidade que trazia em si a marca de uma nova colonialidade.

A segunda coincidência seria, em minha opinião, a necessidade de estabelecer a distinção entre independência e emancipação. Emancipar-se é superar o "despotismo, a ignorância, a miséria" (A. Roig). Buscando dar nitidez a essa distinção: emancipar-se é algo diferente e de outra complexidade, mais profundo e definitivo que desprender-se de uma relação de dominação externa, ainda que estreitamente vinculado a isso.

48

A terceira convicção que trazemos à discussão é a constatação da lucidez dos Libertadores ao conferirem importância ao tema da união; explícito desde Bolívar, que buscava que esta surgisse do processo de independência do jugo colonial espanhol; e em Martí, que pôde perceber mais diretamente a vulnerabilidade de nossas nações frente ao império que já se havia formado no Norte, e proclamar que salvar as independências que ainda estavam pendentes – Cuba e Porto Rico – era imprescindível para salvar a independência da América Latina.

Os líderes da Revolução Cubana de 1959 puderam comprovar muito rapidamente, na prática, o peso que uma convergência entre o cenário latino-americano e o projeto cubano representava, como condição da proposta emancipatória. Por isso, relacionaram a consolidação da vitória cubana com o que pudesse ocorrer na América Latina (Segunda Declaração de Havana). Não queriam "exportar a revolução": compreenderam

o que Bolívar, Martí e outros também haviam compreendido.

Por isso, quando falamos de integração emancipatória como meta de nosso tempo histórico, como tarefa pendente desde 1810, não há que olvidar que ocorreram dois séculos de dominação e que o rumo histórico do Continente, supostamente descolonizado, sofreu, até pouco tempo atrás, com uma colonialidade quase impune. Somente nesta última virada de século, sob pressão dos efeitos da globalização capitalista, uma perspectiva de integração conseguiu retornar à agenda latino-americana com uma significação emancipatória.

Em termos de estratégia política, integração é o termo que define, nas condições de nosso tempo, o caminho de fortalecimento do projeto nacional – revolucionário ou reformista – que aspire contar com um suporte multinacional para resgatar a soberania, a governabilidade e os meios para dar respostas às urgências dos povos. Sem obter esse apoio, as possibilidades de se resistir às pressões hegemônicas são sumamente reduzidas, mas não inexistentes. Cuba tem demonstrado que, até nas condições as mais adversas, que não é impossível fazê-lo, e que a única opção é resistir, pois aderir à hegemonia não leva a saída alguma.

Quando caracterizamos esta integração como “emancipatória”, o fazemos para diferenciá-la de outras e isto não é um simples preciosismo de linguagem. Pensamos em uma integração que supere o horizonte das experiências regionais surgidas na segunda metade do Século XX, algumas próprias da modernidade da dependência e outras construídas a partir dos filtros de um tecido social formado por relações de dominação. Essas experiências, frequentemente, tiveram uma aspiração pouco viável de se consolidarem como mecanismos jurídicos multinacionais de defesa – Mercosul, Pacto Andino, Caricom, etc. – e, na prática, foram debilitadas até o fenecimento no marco da globalização neoliberal. No entanto, sem dúvida, foram reanimadas com um novo alento graças às mudanças ocorridas no Continente no começo deste Século.

A outra expressão do conceito é um verdadeiro contrassenso. Refiro-me à noção de uma integração pan-americana – hoje se insinua entre os defensores do status quo a defesa de uma integração “pan-ibero-americana”.

Um dispositivo de acordos governamentais prefigura a integração pan-americana: a OEA. Não é que tenhamos de desconhecer que a mudança da correlação de forças em seu interior possa levar a consensos desejáveis, conjunturalmente, mas o conflito geopolítico e geoeconômico das duas Américas, se o temos como algo estrutural, não admite uma verdadeira integração.

Toda a história recente de nossa América demonstra que a integração – esse fato assinalado pela modernidade que a União Europeia propõe como paradigma – tem que ser emancipatória. Em outras palavras: tem de gerar o efeito da unidade que Bolívar reivindicava, pois, do contrário, carecerá de significado.

A integração emancipatória deve ser algo distinto de tudo isso ou não será.

Não há que se buscarem modelos “emprestados”, pois não podemos esquecer que nos colocamos um processo de integração de países que estão na periferia do sistema-mundo. A condição de emancipação supõe uma integração que não se limite a transformar o Sul, mas que também imponha sua legitimidade ao Norte, o que deverá fazer a partir da resistência. Além disso, em termos históricos, na perspectiva imediata, um processo de integração emancipatória entre países periféricos se apresenta unicamente na agenda da América Latina. A OPEP, talvez houvesse podido aportar um grão, nos setenta, a um projeto similar no Oriente Médio, mas a cobiça dos insaciáveis emires árabes e oligarcas venezuelanos conduziram seus passos a banca européia e norte-americana.

Quando coloco o espaço de Cuba nessa integração, tomo em conta o tempo histórico. A Revolução Cubana completou 50 anos. O novo cenário de transformações na América Latina, no qual a Revolução Cubana está legitimamente inserida, tem apenas dez anos e isto não é um detalhe.

O que destaco é que o cenário de hoje conta, por um lado, com um apreciável frescor, e adoece, pela outra parte, de uma falta de acúmulo experimental. Nós, cubanos, contamos com um acúmulo e uma experiência muito ricos, mas, às vezes, pode faltar o frescor para incorporarmos de forma flexível as transformações que os tempos demandam.

Como primeira experiência de mudança radical na América Latina, o processo cubano tem se caracterizado, sobretudo, por demonstrar sua capacidade de resistir a todo o tipo de pressões do Império. A todo o tipo de pressões! As diretas e as exercidas através de outros contextos geográficos. As econômicas e as armadas, as diplomáticas e as culturais. Diria que se obrigava Cuba a resistir solitária, praticamente isolada. Frente ao “caso cubano” se impôs, como nunca antes, o pan-americanismo imperial.

Nós, cubanos, não contamos com a referência de um modelo socialista viável de desenvolvimento, porque o modelo soviético, que identificava a socialização com a propriedade estatal (e outras coisas) contrapunha planejamento e mercado, consagrava o exercício do voluntarismo na planificação econômica, configurava uma nova burocracia e desestimulava o trabalho. Em suma, apresentava fortes contradições. Neste momento, em Cuba, estão colocadas mudanças que podem levar o sistema à constituição de um socialismo viável.

A experiência socialista desenvolvida em Cuba até nossos dias comporta, para Nossa América – para o futuro que vemos despontar no alvorecer do século presente –, o caráter de experiência precursora. Uma experiência cuja capacidade de resistência frente às pressões imperialistas, cujas realizações e frustrações têm que ser avaliadas com atenção na difícil tarefa de construir os caminhos. Todavia, é uma experiência sem a qual dificilmente o Século XXI latino-americano haveria iniciado como começou.

O desafio da economia segue sendo, para Cuba, o desafio essencial, aliás, como o foi nos primeiros dias. Hoje, temos certo nível de irregularidade no espectro das relações econômicas internas, geradas tanto pelos efeitos da queda dos anos noventa quanto por

um conjunto insuficiente de reformas. Deformações na economia interna que não existiam antes da década de noventa.

No entanto, Cuba tem hoje um capital humano que não tinha antes. A experiência socialista cubana se acopla a este momento de mudança continental com esses recursos humanos, ao contar com mais de 12% ou 13% da população universitária. Há também a contradição expressa pela baixa capacidade de aproveitamento pelo sistema cubano desse capital humano.

Em uma perspectiva de integração emancipatória, julgo importante que Cuba tenha descoberto, pela primeira vez na América Latina, que soberania não é um tema jurídico e, também, que se acercasse de outra compreensão de sua verdadeira natureza.

Nós, de algum modo, acreditamos que, com a vitória de 1959 (e voltamos a crer quando derrotamos a invasão armada e apoiada pelos EUA em 1961), que a soberania estava plenamente assegurada, mas não é assim!

Evidentemente, a soberania há de ser defendida todos os dias, enquanto prevaleça uma ordem e uma hegemonia imperial. Nisso reside a chave da capacidade de resistir e de sobreviver dentro dessa resistência, com um projeto que aspire a construir a justiça social e a equidade acima da lógica do lucro.

Não falo de apagar a lógica do mercado, é evidente que não pode ocorrer desta forma: a questão é ampliar progressivamente os espaços da lógica de justiça social e de equidade frente à lógica do mercado. Se sacrificarmos o mercado, como vamos financiar os investimentos sociais? Seguramente, vai dar-se com exigências distintas em cada uma de nossas experiências. A questão é não perder o rumo.

Para encerrar, insisto que Cuba é uma demonstração de que não servem os modelos, mas sim, as experiências sistematizáveis. Temos uma experiência, há que ver em que medida essa experiência é capaz de autocorrigir-se, de melhorar-se, de se fazer sistematizável, de servir a outros como experiência, mas não como modelo. Recordo

Fidel Castro em 1979, quando acautelava o sandinismo de que não nos imitasse: “não caíam em nossos erros”, disse ele em várias ocasiões.

Igualmente, acredito que também há conceitos que são muito importantes, essenciais, e que devemos relativizar, revisar, atualizar, submeter à crítica da história, pois reclamam uma conotação socialista crível como, por exemplo, são irreversibilidade, transição, democracia, desenvolvimento e outros tantos.

Temos de introduzir a flexibilidade, a diversidade, assim como a consistência nessa tarefa que há pela frente. Temos muito o que debater e refletir.

Muito obrigado.

** Aurelio Alonso é sociólogo, professor da Universidade de Havana. Pertenceu ao conselho de redação da revista cubana "Pensamento Critico", e é membro do conselho de redação da revista "Alternatives Sud", publicada na Bélgica sob a direção de François Houtard, sub-diretor da Casa de Las Americas.*

O MARXISMO DE CHE GUEVARA E O SOCIALISMO NO SÉCULO XXI¹

O AUTOR

CARLOS TABLADA (Havana, 1948).

Licenciado em Sociologia e Filosofia, Doutor em Ciências Econômicas. Instrutor, Professor Assistente do Departamento de Filosofia da Universidade de Havana (1967-1971). Pesquisador do Vice-Decanato de Humanidades da Universidade de Havana (1971-1973). Professor Titular adjunto da Universidade de Havana desde 1988. Membro do Centro de Pesquisas de Economia Mundial (CIEM), Havana, desde 1991. Pesquisador Titular do Centro Tri-continental (CETRI) e redator (fevereiro de 1996 – março de 2004) de sua revista em francês Alternatives Sud, Louvain-la-Neuve, Bélgica. Membro da direção da mesma revista na edição italiana, Milan. Fundador de “El Otro Dávos” e do Fórum Mundial de Alternativas (FMA), responsável pelas publicações do mesmo. Membro do júri do Prêmio Casa das Américas, 1992.

Como Professor convidado, tem ministrado cursos, seminários, aulas e conferências em 155 universidades de 31 países da América Latina, América do Norte, Europa e África.

Tem escrito e publicado vários livros e dezenas de artigos e ensaios em revistas especializadas. Trabalhou durante 17 anos como diretor econômico de uma empresa nacional cubana (EMPROVA) da Secretaria do Conselho de Estado da República de Cuba.

Carlos Tablada é membro da União Nacional de Escritores e Artistas de Cuba (UNEAC). Foi vencedor do Prêmio Casa das Américas em 1987 com o livro “El Pensamiento Económico de Ernesto Che Guevara”, do qual foram publicadas 32 edições e duas reimpressões em 13 países e em 9 idiomas, com mais meio milhão de exemplares publicados até esta data.

“

Permitam-me agradecer ao Centro de Altos Estudos Fernando Ortiz, dirigido e fundado pelo Dr. Eduardo Torres Cuevas, e aos dirigentes e membros do Laboratoire de Recherches en Langues et Littératures Romaines, Études Basques, Espace Caraïbe de la Université de Pau, pelo convite a este encontro acadêmico e humano, e particularmente ao professor Jean Ortiz que possibilitou minha presença aos senhores; igualmente desejo também agradecer àqueles que tornaram possível a magnífica organização deste evento.

¹ Conferência apresentada pelo Dr. Carlos Tablada Pérez na Palestra Internacional Che Guevara, celebrada na Universidade de Pau, França.

Vários companheiros têm solicitado que inicie esta palestra, contando a história do meu livro *O Pensamento Econômico de Ernesto Che Guevara*, filho da alma, que, em vinte anos, desde que foi publicado pela primeira vez, supera as 32 edições e três reimpressões em nove idiomas, com mais de 500 mil exemplares vendidos, sem contar as edições piratas em dezenas de países.

Aos dezenove anos, comecei a trabalhar como professor no Departamento de Filosofia da Universidade da Havana, em abril de 1967. No final desse ano, assisti a uma conferência ditada por um professor soviético na Escola de Ciências Políticas. O professor, em seu discurso, afirmou que a Revolução Cubana de 1959 havia triunfado em função da greve geral, que a luta armada na Serra e na planície tinha sido irrelevante, que Che Guevara estava profundamente equivocado em todas suas críticas à economia da URSS e à dos países do Leste.

Como ninguém se manifestou, pedi a palavra. Em sua primeira afirmação, consegui aportar argumentos convincentes, avalizados pelos fatos e reconhecidos até pelos inimigos da revolução. Quando tentei rebater as críticas a Che, percebi que não conhecia suficientemente Che Guevara; amava-o, respeitava-o, mas não podia rebater nenhum dos argumentos expostos pelo professor soviético.

Saí da conferência aborrecido comigo mesmo e fui direto comprar livros escritos por Che. Apesar de percorrer várias livrarias, não encontrei nenhum. Tampouco achei livros escritos sobre Che. Acabei parando na Biblioteca Nacional de Cuba e revisando revistas e jornais.

As idéias de Che Guevara, principalmente seu modelo alternativo ao socialismo real, não estavam expostas ordenadamente em livros, em uma obra metodológica, mas espalhadas em dezenas de artigos polêmicos, cartas, gravações e na obra viva do funcionamento de 152 empresas industriais, com 2.200 unidades de produção e com mais de 200 mil trabalhadores ao longo de toda a ilha.

Propus-me, em 1969, ao desafio de recopilar, estudar e apresentar, em um livro, a essência das idéias econômicas, sociais, políticas, éticas e filosóficas de Ernesto Che Guevara. Em julho de 1984, quinze anos depois, alcancei meu objetivo. Três anos mais tarde, meu livro tornou-se conhecido por ter conquistado o Prêmio Casa das Américas de 1987.

Voltando a 1968. Nesse ano solicitei às autoridades do Departamento de Filosofia da Universidade de Havana um ano sabático para ir trabalhar de boiadeiro, o que me foi concedido. Entre vacas, terneiros e pasto, concebi um plano que abarcaria cinco pesquisas. Hoje estou culminando a segunda, iniciada há dezenove anos, em 1988.

Em maio de 1969, regressei ao Departamento de Filosofia e, em 1º de junho, enquanto nascia minha primeira filha, Johanna Ruth, comecei a escrever *O Pensamento Econômico de Ernesto Che Guevara*.

No final de 1971 meu centro de trabalho foi fechado, e, com isso, a proibição de seguir sendo professor. Continuei por minha conta (durante o tempo livre, depois de trabalhar em outra coisa para manter a família) a pesquisa sobre o pensamento de Che. Ainda que não estivesse na moda e fosse tabu durante os anos de cópia do modelo soviético, não abandonei os estudos do Che.

Aprendi com Che que devia me aprofundar no pensamento e na obra de Fidel Castro e retomar os estudos que anteriormente fizera sobre Jose Marti para poder sentir-me capacitado a começar a trabalhar com os três pensadores simultaneamente. Em 1975, nas vésperas do 1º Congresso do Partido Comunista de Cuba, quando se começava a assumir o modelo soviético, entreguei à direção do país uma das primeiras versões do livro, que teve um total de 27. Nela eu discrepava do dogmatismo em que vivíamos e do que nos avizinhávamos na economia.

O livro não teria chegado a termo se não houvesse trabalhado no sistema empresarial econômico cubano. Fui diretor econômico e de serviços dos Planos Especiais de Educação (1973- 1975) e, a partir de 1976, da EMPROVA, uma empresa nacional de produção e serviços da Secretaria do Conselho de Estado da República de Cuba que contava com 2.823 trabalhadores e 52 fábricas e unidades de serviços.

Trabalhar na produção e nos serviços permitiu-me, em primeiro lugar, pôr à prova, com bons resultados, o sistema econômico criado e desenvolvido por Che e, a partir de 1977, aplicar o modelo soviético; por isso consegui analisar, como cubano, dirigente empresarial e pesquisador, o efeito de ambas as concepções na economia e na visão de mundo das pessoas.

Muitos amigos aconselharam-me, de boa fé, lá pelos fins dos anos 1970, que deixasse a pesquisa sobre o pensamento de Che, porque estava desperdiçando minha vida e meu tempo em um tema em que não havia interesse oficial. Não o fiz; continuei contra a corrente. Amávamos Che, Che e as crianças, Che íntegro, Che guerrilheiro, Che e os idosos, mas não tínhamos um conhecimento sólido de seu pensamento.

Há consenso que meu livro *O Pensamento Econômico de Ernesto Che Guevara* resgata esse outro Che e abriu a possibilidade em Cuba de pesquisar, sem temor, seu pensamento econômico, político, social, e filosófico. A partir da publicação dessa obra, para o bem de todos, começaram aparecer dezenas, centenas de artigos e livros e até de cátedras sobre Che, e essa foi a minha maior satisfação.

Todo o dinheiro recebido pelos direitos autorais tenho-o doado à saúde de meu povo, através do organismo a que pertenço há trinta anos, a Secretaria do Conselho de Estado da República de Cuba.

Na pesquisa, segui o método de não ler nada que não fosse escrito por Che. Não li livros nem artigos sobre Che nesses quinze anos dedicados a pesquisar e escrever.

Em Moscou, em 1986, dois anos depois de terminar de escrever, enquanto mexia na Biblioteca do Instituto de América Latina da Academia de Ciências da União Soviética, no qual me encontrava para defender o Grau de Doutor em Ciências Econômicas, encontrei a obra *O Pensamento de Che* de Michael Löwy, a quem conheci no Departamento de Filosofia no início dos anos 1970, quando nos visitou. É um magnífico livro que recomendo a leitura e que hoje lhe rendo homenagem. Nestor Kohan, no prólogo à edição 29ª de *O Pensamento Econômico de Ernesto Che Guevara* refere-se justamente à obra de Löwy.

Desejo agradecer às pessoas de Luis Alvarez Rom, ministro da Fazenda nos anos em que Che foi ministro da Indústria, Fajid Ali Cordoví, Orlando Borrego, Haydée Santamaría, Elena Gil, Raúl Roa Garcia, Célia Sanchez Manduley, Dr. José M. Miyar Barrueco, Dr. Osvaldo Martínez, Dr. José Luis Rodriguez, Efrén Díaz Acosta, Dr. Oscar Pino Santos, Maria Julia Garaitonandia, Ricardo Alarcón de Quesada e a Fidel Castro Ruz. A alguns por terem me facilitado textos inéditos do Che e a outros por suas críticas às diferentes versões e pelo apoio efetivo com que me brindaram, particularmente Efrén, Osvaldo, Dr. Miyar e Fidel.

II

O pensamento, os sentimentos e a ação de Ernesto Che Guevara surgiram, expressaram-se e realizaram-se no centro do processo revolucionário mais destacado e herético da segunda metade do século XX, a Revolução Cubana. Che Guevara pôde assumi-la criativamente porque teve três componentes em sua formação que o predispuseram a isto:

- A formação cultural, ética e social progressista (dada pela família e pelo meio social), colocou à sua disposição o mais positivo da cultura ocidental acumulada.
- A história da Argentina (país onde nasceu e cresceu) e da República Espanhola e suas lutas.

- Sua experiência em quase todos os países da América Latina (do Caribe e do sul dos Estados Unidos) em seus primeiros 23 anos de vida.

Por outra parte, a Revolução Cubana contava com todos os ingredientes necessários para impactar o jovem Che:

- Um pensamento revolucionário autóctone de raízes profundas, nutrido do melhor da cultura mundial e que tinha colocado a Ética como pedra fundamental para toda a ação e para todo o pensamento.
- Um pensamento revolucionário autóctone que sempre tinha acompanhado a palavra, a idéia, a ilusão, a esperança, o sonho, com a ação manifestada ao longo de quatro revoluções desatadas em menos de 85 anos, de onde haviam surgido duas obras pilares: uma escola militar insurgente, cuja principal arma é a ética, que hoje em dia ainda estudamos e usamos com efetividade para defender-nos do imperialismo estadunidense e as obras de muitos pensadores revolucionários, tendo seu maior expoente em Jose Marti. Sem Marti e sem o espírito de Antonio Maceo e sua família não se pode compreender por que Cuba não se desmoronou como o resto do bloco soviético, por que sobreviveu à guerra fria e tem sobrevivido ao bloqueio mais desumano e criminoso aplicado a um povo na história da humanidade pela potência mais poderosa nos anais da história.

Estes são elementos essenciais para ter-se presente neste século XXI. O pensamento martiano e uma corrente do pensamento marxista posterior a Jose Marti, desenvolvida nos anos vinte do século passado e cujo expoente mais brilhante é Julio Antonio Mella em Cuba, permitiram a elaboração de um marxismo da subversão e não da obediência, um pensamento de questionamento total às verdades eternas do capital, dos regimes do bloco soviético e de seus partidos comunistas que se dedicaram mais a interpretar que a transformar a realidade.

Marti estudou Marx, rendeu-lhe tributo, mas também o criticou. Mella, de forma precoce em 1925, ao fundar o Partido Comunista em Cuba, no momento do ato de fundação, enfrentou as primeiras manifestações de dominação, obediência e distorção do ideal libertário da Revolução Russa de 1917.

O outro eixo a levar em conta para entender Ernesto Che Guevara é a figura, o intelecto, a ética e a ação conseqüente de seu mestre, Fidel Castro Ruz.

A amizade e a comunidade intelectual que ambos estabeleceram, marcaram em boa medida a história e a sorte de nossa Revolução Cubana.

A Revolução de 1959 foi contra todo o saber e as verdades estabelecidas no Ocidente, na esquerda e na academia. Cuba era o único país do mundo onde era impensável que se desse, triunfasse e se desenvolvesse uma revolução antiimperialista que conquistasse a independência, a soberania e onde se fundassem e crescessem instituições populares inéditas de verdadeira participação popular, tanto na defesa como na distribuição do produto social nos anos de 1960.

Um dos princípios da Revolução Cubana foi que não teria sentido algum realizar ação, organização, processo produtivo ou político se não fossem dirigidos ao melhoramento humano e à superação da alienação. Essas são as premissas indispensáveis, ao meu modo de ver, para compreender as contribuições de Ernesto Guevara de la Serna ao Socialismo do século XXI.

Ernesto, convertido em Che por seus companheiros cubanos, retoma o princípio da dúvida como método na teoria revolucionária. A teoria e o marxismo como *movimentos* e não como dogmas. A teoria marxista como base útil de ferramentas para pensar e atuar e não para colocar a realidade numa camisa de força, num sistema rígido inalterável. A teoria e a prática para subverterem, criarem e não para estabelecerem um sistema de obediência e dominação com base no discurso de que “*o partido pensou por ti e tu deves engolir*”.

59

No campo da teoria marxista estabelecida pela existência da União Soviética (refiro-me à economia política e seus manuais, seu socialismo e comunismo científico), Che foi taxativo, afirmou que tudo ainda estava por fazer.

Da mesma forma que Fidel, Che vaticinou que a URSS e os países do leste europeu marchariam irremediavelmente rumo ao capitalismo e expôs algumas das causas que originaram esse processo. Percebeu que o sistema soviético estava permeado dos princípios éticos, econômicos e ideológicos do capitalismo, mas não se limitou à crítica, desenvolvendo um pensamento e uma prática alternativas desde o início da Revolução Cubana.

Che deu-se conta de que, para o socialismo, há que se criar uma cultura alternativa à capitalista, e isso Che buscou nos revolucionários cubanos que, desde o século XIX, tinham presente que não se poderia construir um país independente e soberano sem bases éticas distintas da metrópole espanhola, primeiro, e do imperialismo norte-americano, depois. Quando produzimos uma bicicleta, por exemplo, não só obtemos um bem material, mas também a produção e reprodução das relações econômicas, sociais, ideológicas, jurídicas e éticas existentes. Che rechaçou a política cultural oficial que foi imposta, comprometida com o *realismo socialista* que desgraçadamente acabou sendo aplicado por longos períodos em nosso processo revolucionário cubano e que ainda não está totalmente superado.

Che Guevara não acreditava que o desenvolvimento econômico fosse um fim em si mesmo: o desenvolvimento econômico de uma sociedade tem sentido se servir para transformar a pessoa, se lhe multiplicar a capacidade criadora, se a levar para além do egoísmo. E essa viagem do *eu* ao *nós*, do desenvolvimento da individualidade e da liberdade, não pode ser feita com os instrumentos, as categorias e a ética capitalista. Não significa renunciar à mercadoria, significa simplesmente produzir pelo valor de uso e não pelo valor de troca; produzir para satisfazer as necessidades da comunidade, da população, não pelo afã de riqueza material, esquecendo a riqueza espiritual e as necessidades materiais de toda a população e não só de uma minoria.

As novas relações socialistas de produção têm sentido se diminuïrem a alienação dos trabalhadores e tenderem a eliminá-la paulatina e definitivamente, alheias às relações econômicas e a um aparato empresarial e estatal que declaram que a propriedade é de todo o povo, porém não permitem a participação popular nas decisões, que vão desde eleger seus dirigentes até discutir e incidir nas proporções em que se distribui a renda nacional: quanto é destinado ao consumo e quanto ao investimento, à acumulação.

Che retomou as teses centrais do marxismo referidas ao desenvolvimento *integral* do processo revolucionário: a transformação da sociedade não é só um fato econômico e material, mas é simultaneamente ideal, humano, de consciência, do subjetivo; é, antes de tudo, um processo de conscientização e de criação de uma nova ética cotidiana.

Não pode haver socialismo se a economia não se submeter a uma ética, desde suas raïzes, diferente da ética capitalista. Valor de uso e consciência, criação de valores de uso para satisfazer as necessidades, acompanhadas da fundação de uma nova ética e de uma consciência alheia aos valores que imperam nas sociedades capitalistas. A consciência como elemento ativo, como força material com energia própria, Che aprendeu com o povo cubano, com Fidel e a Revolução que o povo cubano materializou nos anos cinqüenta contra a ditadura de Batista.

Che levou este conhecimento real (vivido em parte por ele próprio junto ao povo cubano) à elaboração de fundamentos teóricos e práticos para criar um sistema econômico que respondesse ao sonho de uma nova sociedade socialista e a certeza da impossibilidade de desconectar a economia dos ideais que se perseguem. Che percebeu que, se forem estabelecidos mecanismos capitalistas, não será possível aspirar, ainda que se faça muito trabalho político, a que as pessoas vivam, trabalhem e atuem, assumindo uma moral não capitalista.

Che encontrou em Cuba técnicas de direção administrativa, sistemas de contabilidade, custos, auditoria e os primeiros computadores IBM aplicados à contabilidade (os mais avançados do mundo então, em algumas multinacionais) não em Washington D.C., nem em Roma, nem em Paris, nem em Londres, mas em Havana em 1959. Na URSS e nos países do leste europeu, em troca, Che

encontrou o ábaco, a contabilidade capitalista pré-monopolista do fim do século XIX e início do XX.

Che conheceu das transnacionais todas as técnicas administrativas, contábeis e de custos, mas negou-se a tomar da União Soviética seu sistema, chamado *cálculo econômico*, que empregava técnicas antiquadas referidas anteriormente e que funcionava com o sistema de categorias e a lógica que movem a economia capitalista. Não interessa somente a quantidade e a qualidade dos bens materiais elaborados, mas *o modo* como que se produzem as relações sociais que se desprendem dessa produção e distribuição.

Che não idealizava o ser humano. Numa reunião em seu Conselho de Direção do Ministério da Indústria, ele refletia:

O problema é que as pessoas não são perfeitas, daí porque há de se aperfeiçoar os sistemas de controle para detectar a primeira infração que se cometa, porque esta é a que conduz a todas as demais. As pessoas podem ser muito boas; a primeira vez, porém, quando baseadas na indisciplina, cometerem atos de furtos de tipo pessoal para repor em dois ou três dias, depois vão se envolvendo nisso e se convertem em ladrões, traidores e vão se afundando cada vez mais no delito².

61

Che desenvolveu um modelo econômico que pude colocar em prática por quatro anos, com muito bons resultados: na criação de atitudes comunistas, fez possível que nos sentíssemos, na empresa, mais livres, mais íntegros, mais dignos, mais pessoas. Che aspirava a uma economia que estivesse em função das pessoas e não as pessoas em função da economia.

O “socialismo real” do século XX não conseguiu gerar um sistema econômico que produzisse novas relações econômicas de produção e novas relações sociais. A construção socialista deve conjugar produção, organização e consciência como fenômenos simultâneos que têm como elemento central o ser humano e, como fim, sua liberdade.

O socialismo de Che é mais próximo do comunismo das comunidades indígenas dos Andes que do socialismo real do bloco soviético. Che propôs-se a apostar nos três desafios ante os quais o “socialismo real” do século XX fracassou:

² Guevara: “Consejos de dirección: Informe de la Empresa Consolidada de Equipos Eléctricos”, 11 de maio de 1964, El Che en la Revolución Cubana, ed. cit., tomo VI, pgs. 106-107.

1. Um sistema econômico sem usar categorias capitalistas para seu funcionamento e uma economia eficiente em função do ser humano.
2. Um sistema ideológico-cultural alternativo ao capitalista.
3. Uma participação real e consciente da população na tomada de decisões, uma sociedade participativa.

O socialismo não é um sistema mais humano que o capitalista porque uma nova classe ou casta dominante e iluminada distribui com sentido mais justo e paternalista as riquezas produzidas, mas porque se trata de um regime de genuíno poder popular. Che Guevara tratou de aplicar ao próprio marxismo e à sua experiência a concepção da historicidade de todo o pensamento, de resgatar sua essência, de abolir os dogmas marxistas que prevaleceram ao longo do século XX e que prefiguravam nos resultados obtidos.

Acredito que estamos na etapa do despertar, da procura, do retorno a potencializar individual e coletivamente a imaginação criativa para afrontar todos os grandes desafios, para preservar o planeta e todas as espécies viventes.

O capitalismo não tem nada humano a oferecer aos nossos povos, senão o neoliberalismo; o capitalismo marcha rumo à morte, mas ainda está vivo, muito vivo. Temos que criar muitas experiências alternativas fora dos princípios e da lógica do capital.

62

O conhecimento da obra de Ernesto Che Guevara pode reforçar o pensar consciente de cada comunidade, de cada etnia, gênero, povo, nação e ir criando, coletiva e individualmente, distintos modelos que respeitem a natureza, a terra e também o ser humano em sua dignidade.

Cuba, apesar dos erros que temos cometido, está de pé diante do imperialismo estadunidense, buscando ainda como apoiar este processo mundial e regional latino-americano e como encontrar nosso próprio caminho rumo à sociedade como a sonharam para toda a humanidade Marx, Engels, Lênin e, para a nossa especificamente, Céspedes, Agramonte, Maceo, Martí, Mella, Abel, Frank País, Che e tantas dezenas de milhares de cubanos anônimos que deixaram seus ossos no caminho para alcançar o sonho utópico de uma sociedade sem exploração do homem pelo homem, com liberdade, poder popular real e participativo. Estamos seguros de que o alcançaremos, embora tenhamos que realizar nossa sexta revolução.

”
Muito obrigado .

Prof. Carlos Tablada Pérez

Pau, França, 5 de abril de 2007.

JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI

José Carlos Mariátegui, nasceu em 14 de junho de 1894, em Moquegua, Peru, seus pais: Javier Francisco Mariátegui y Requejo e Maria Amalia La Chira Ballejos.

Em 1909, com 15 anos de idade começa a trabalhar como entregador, linotipista e corretor de provas no jornal *La Prensa*. Dois anos após ingressar no jornal, envia anonimamente um artigo para o editor, que o publica para a surpresa de Mariátegui. A partir de então, passa a trabalhar na redação do jornal. De 1912 a 1916 executa um trabalho essencialmente jornalístico, colaborando com diversas revistas peruanas. Em 1916 torna-se redator-chefe e cronista político do jornal *El Tiempo*, publicação considerada "liberal", "maximalista" e "bolchevique".

Em 1918, abandona o pseudônimo de Juan Croniquer e funda juntamente com outros companheiros a revista *Nuestra Época*, aonde anuncia oficialmente sua mudança de estilo e sua nova posição socialista. Em seguida á criação da revista participa da criação do Comitê de Propaganda e Organização Socialista, que veio a se tornar o primeiro Partido Socialista do Peru.

Em 14 de maio de 1919, ajuda a fundar o jornal *La Razón*, que pretendia ser a "voz do povo" peruano, o primeiro periódico independente de esquerda do país. Com o golpe dado por Augusto Leguía em 4 de julho de 1919, *La Razón* é proibido de circular. Entretanto, Mariátegui não é preso mas sim convidado para ir à Europa "servir" o governo peruano. O golpista Augusto Leguía é viúvo de Julia Swayne y Mariátegui, prima-irmã do pai de Mariátegui. Ao aceitar o "convite" Mariátegui provocou a crítica de uma boa parcela da esquerda peruana. Mesmo atacado e acusado de ter se "vendido" ao ditador, ele vai à Europa, sem criar vínculos ideológicos nem manter nenhum compromisso mais profundo com o governo, retornando ao Peru apenas no ano de 1923.

Em janeiro de 1924 é preso ao participar de uma reunião entre intelectuais e alunos universitários. Nesta época colaborava intensamente com vários futuros dirigentes da APRA (Alianza Popular Revolucionaria Americana), com estudantes e com líderes do movimento operário.

Em setembro de 1926, publica o primeiro número da revista *Amauta* - palavra quéchua que significa sacerdote, sábio. Publicação destinada a divulgar as artes e as ideias socialistas, na qual colaboram os mais importantes intelectuais de vanguarda do Peru, assim como opositores deportados pelo regime de Leguía. Anos mais tarde, o próprio Mariátegui começará a ser chamado também de "Amauta" pelos intelectuais progressistas e socialistas de todo o continente.

Em 7 de outubro de 1928, após discordar dos rumos tomados pela APRA, Mariátegui ajuda a fundar o Partido Socialista do Peru, tendo sido eleito Secretário-Geral. No início de 1929 ajudou a organizar a Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru. Faleceu a 16 de abril de 1930.

O texto a seguir pertence a um documento redigido por Mariátegui apresentado pela delegação peruana na I Conferência Comunista Latino-Americana, Buenos Aires, junho de 1929. Nele, o autor trata da relação dialética entre a luta de classes e a luta contra o imperialismo, e esboça uma análise penetrante das relações e contradições entre a metrópole norte-americana, a burguesia local e os latifundiários.

PONTO DE VISTA ANTI-IMPERIALISTA

José Carlos Mariátegui

1º - Até que ponto a situação das repúblicas latino-americanas pode ser assimilada à dos países semicoloniais? Sem dúvida, a condição econômica destas repúblicas é semicolonial, e, à medida que crescer seu capitalismo e, conseqüentemente, a penetração imperialista, este caráter de sua economia tende a se acentuar. Mas as burguesias nacionais, que veem na cooperação com o imperialismo a melhor fonte de lucro, sentem-se suficientemente donas do poder político para não se preocuparem seriamente com a soberania nacional. Estas burguesias na América do Sul, que ainda não conhecem – com exceção do Panamá – a ocupação militar ianque, não estão predispostas de forma alguma a admitir a necessidade de lutar pela segunda independência, como supunha ingenuamente a propaganda aprista. O Estado, ou melhor, a classe dominante, não sente falta de um grau mas amplo e certo de autonomia nacional. A revolução da Independência está demasiado próxima, relativamente, seus mitos e símbolos demasiado vivos, na consciência da burguesia e da pequena burguesia. A ilusão da soberania nacional conserva-se em seus principais efeitos. Pretender que nesta camada social surja um sentimento de nacionalismo revolucionário, parecido com o que, em condições diferentes, representa um fator da luta anti-imperialista nos países semicoloniais avassalados pelo imperialismo nas últimas décadas na Ásia, seria um erro grave.

64

Em nossa discussão com os dirigentes do aprismo, reprovando sua tendência a propor um Kuomintang à América Latina, a fim de evitar a imitação europeia e situar a ação revolucionária em uma apreciação exata de nossa própria realidade, sustentávamos há mais de um ano a seguinte tese:

A colaboração com a burguesia, assim como muitos elementos feudais na luta anti-imperialista chinesa, explica-se por motivos de raça, de civilização nacional que não existem entre nós. O chinês nobre ou burguês sente-se profundamente chinês. Ao desprezo do branco por sua cultura estratificada e decrépita, responde com o

desprezo e o orgulho de sua tradição milenar. A anti-imperialismo na China pode, portanto, basear-se no sentimento e no fator nacionalista. Na Indo-América as circunstâncias não são as mesmas. A aristocracia e a burguesia nacional não se sentem solidarizadas com o povo pelo laço de uma história e de uma cultura comuns. No Peru, o aristocrata e o burguês brancos desprezam o popular, o nacional. Sentem-se, acima de tudo, brancos. O pequeno-burguês mestiço imita este exemplo. A burguesia de Lima confraterniza com os capitalistas ianques, e mesmo com seus meros funcionários, no Country Club, no Tennis e nas ruas. O ianque casa-se sem inconveniente de raça nem de religião com a senhorita nativa, e esta não sente escrúpulo de nacionalidade nem de cultura em preferir o casamento com um indivíduo da raça invasora. A moça de classe média também não tem este escrúpulo. A huachafita que conquista um ianque empregado de Grace ou da Foundation sente com satisfação sua condição social melhorar. O fator nacionalista, por estas razões objetivas que todos vocês compreendem, não é decisivo nem fundamental na luta anti-imperialista em nosso meio. Só em países como a Argentina, onde existe uma burguesia numerosa e rica, orgulhosa do grau de riqueza e poder em sua pátria, e onde a personalidade nacional tem por estas razões contornos mais claros e nítidos que nestes países atrasados, o anti-imperialismo pode (talvez) penetrar facilmente nos elementos burgueses; mas por motivos de expansão e crescimento capitalistas, não por razões de justiça social e doutrina socialista, como é nosso caso.

A traição da burguesia chinesa, a falência do Kuomitang ainda não eram conhecidas em toda sua magnitude. Um conhecimento capitalista, e não por motivos de justiça social e doutrinária, demonstrou quão pouco se podia confiar, mesmo em países como a China, no sentimento nacionalista revolucionário da burguesia.

Enquanto a política imperialista conseguir manéger os sentimentos e formalidades da soberania nacional destes Estados, enquanto não for obrigada a recorrer à intervenção armada e à ocupação militar, contará com a colaboração das burguesias. Embora enfeudados à economia imperialista, estes países, ou suas burguesias, considerar-se-ão tão donos de seus destinos como a Romênia, a Bulgária, a Polônia e demais países “dependentes” da Europa.

Este fator da psicologia política não deve ser descuidado na estimativa precisa das possibilidades da ação anti-imperialista na América Latina. Seu adiamento, seu esquecimento, tem sido uma das características da teorização aprista.

2º - A divergência fundamental entre os elementos que aceitaram em princípio o APRA no Peru – como um plano de frente única, nunca como partido e nem mesmo como organização efetiva – e os que, fora do Peru, definiram-no depois como um Kuomintang latino-americano consiste em que os primeiros permaneceram fiéis à concepção econômico-social revolucionária do anti-imperialismo, enquanto os segundos explicam assim sua posição: “Somos de esquerda (ou socialistas) porque somos anti-imperialistas”. Assim, o anti-imperialismo é elevado à categoria de um programa, de uma atitude política, de um movimento que basta a si mesmo e que conduz espontaneamente, não sabemos em virtude de que processo, ao socialismo, à revolução social. Este conceito leva a uma desorbitada superestimação do movimento anti-imperialista, ao exagero do mito da luta pela “segunda independência”, ao romantismo de que já estamos vivendo as jornadas de uma nova emancipação. Daí a tendência a substituir as ligas anti-imperialistas por um organismo político. Do APRA, concebido inicialmente como frente única, como aliança popular, como bloco das classes oprimidas, passa-se para o APRA definido como o Kuomintang latino-americano.

Para nós, o anti-imperialista não constitui nem pode constituir, sozinho, um programa político, um movimento de massas apto para a conquista do poder. O anti-imperialista, admitindo que ele pudesse mobilizar a burguesia e a pequena burguesia nacionalistas, ao lado das massas operárias e camponesas (já negamos terminantemente esta possibilidade), não anula o antagonismo entre as classes, nem suprime sua diferença de interesses.

Nem a burguesia, nem a pequena burguesia no poder podem realizar uma política anti-imperialista. Temos a experiência do México, onde a pequena burguesia acabou pactuando com o imperialismo yanque. Um governo “nacionalista” pode usar, em suas relações com os Estados Unidos, uma linguagem diferente que o governo de Leguía no Peru. Este governo é francamente, desafortadamente, pan-americanista, monroísta; mas qualquer outro governo burguês faria praticamente o mesmo que ele em matéria de empréstimos e concessões. Os investimentos do capital estrangeiro no Peru crescem em estreita e direta relação com o desenvolvimento econômico do país, com a

exploração de suas riquezas naturais, com a população de seu território, com o aumento das vias de comunicação. Que pode contrapor a mais demagógica pequena burguesia à penetração capitalista? Nada, exceto uma embriaguez nacionalista temporária. O assalto ao poder pelo anti-imperialismo, como movimento demagógico populista, se fosse possível, nunca representaria a conquista do poder pelas massas proletárias, pelo socialismo. A revolução socialista encontraria seu mais encarniçado e perigoso inimigo – perigoso por sua confusão, sua demagogia – na pequena burguesia assentada no poder, conquistado mediante suas vozes de ordem.

Sem prescindir da utilização de nenhum elemento de agitação anti-imperialista, nem de nenhum meio de mobilização dos setores sociais que eventualmente podem auxiliar esta luta, nossa missão é explicar e demonstrar às massas que só a revolução socialista contraporá um obstáculo definitivo e verdadeiro ao avanço do imperialismo.

3º - Estes fatos diferenciam a situação dos países sul-americanos da situação dos países centro-americanos, onde o imperialismo ianque, recorrendo à intervenção armada sem qualquer pudor, provoca uma reação patriótica que pode fazer facilmente com que uma parte da burguesia e da pequena burguesia abracem o anti-imperialismo. A propaganda aprista, conduzida pessoalmente por Haya de la Torre, não parece ter obtido melhores resultados em nenhuma outra parte da América. Suas pregações confusas e messiânicas que, embora pretendam se situar no plano da luta econômica, na verdade apelam particularmente aos fatores raciais e sentimentais, reúnem as condições necessárias para impressionar a pequena burguesia intelectual. A formação de partidos de classe e poderosas organizações sindicais, com clara consciência classista, nesses países não parece destinada ao mesmo desenvolvimento imediato que na América do Sul. Em nossos países, o fator classista é mais decisivo, está mais desenvolvido. Não há motivo para recorrer a vagas fórmulas populistas, por trás das quais não podem deixar de prosperar tendências reacionárias. Atualmente o aprismo, como propaganda, está circunscrito à América Central; na América do Sul, devido ao desvio populista, caudilhistas, pequeno-burguês, como o definia o Kuomitang latino-americano, está em fase de extinção. A resolução do próximo Congresso Anti-imperialista de Paris, cujo voto tem de decidir a unificação dos organismos anti-imperialistas e estabelecer a

distinção entre as plataformas e agitações anti-imperialistas e as tarefas que competem aos partidos de classe e às organizações sindicais, colocará um ponto final na questão.

4º - Em nossos países, os interesses do capitalismo imperialista coincidem necessária e fatalmente com os interesses feudais e semifeudais da classe dos latifundiários? A luta contra o feudalismo identifica-se forçosa e completamente com a luta anti-imperialista? Certamente, o capitalismo imperialista utiliza o poder da classe feudal, já que a considera a classe politicamente dominante. Mas seus interesses estratégicos não são os mesmos. A pequena burguesia, sem excetuar a mais demagógica, se atenuar na prática seus impulsos mais nacionalistas, poderá chegar à mesma estreita aliança com o capitalismo imperialista. O capital financeiro sentir-se-á mais seguro se o poder estiver em mãos de uma classe social mais numerosa que, satisfazendo certas reivindicações mais prementes e atrapalhando a orientação classista das massas, estará em melhores condições de defender os interesses do capitalismo, de ser seu custódio e servo, que a velha e odiada classe feudal. A criação da pequena propriedade, a desapropriação dos latifúndios, o fim dos privilégios feudais não são contrários aos interesses do imperialismo, de modo imediato. Pelo contrário, na medida em que os últimos resquícios de feudalismo travam o desenvolvimento de uma economia capitalista, esse movimento de extinção do feudalismo coincide com as exigências do crescimento capitalista, promovido pelos investimentos e pelos técnicos do imperialismo; que desapareçam os grandes latifúndios, que em seu lugar se constitua uma economia agrária baseada naquilo que a demagogia burguesa chama “democratização” da propriedade do solo, que as velhas aristocracias sejam deslocadas por uma burguesia e uma pequena burguesia mais poderosa e influente – e, por isso mesmo, mais apta para garantir a paz social -, nada disso está contra os interesses do imperialismo. No Peru, o regime de Leguía, embora tímido na prática diante dos interesses dos latifundiários e caciques, que em grande parte o apoiam, não tem qualquer inconveniente em recorrer à demagogia, em reclamar contra o feudalismo e seus privilégios, em bradar contra as antigas oligarquias, em promover uma distribuição do solo que transformará cada peão agrícola em um pequeno proprietário. Justamente desta demagogia, o regime de Leguía extrai suas maiores forças. O leguismo não se atreve a tocar na grande propriedade. Mas o movimento natural do desenvolvimento capitalista – obras de irrigação, exploração de novas minas etc. – vai contra os interesses e privilégios feudais. Os latifundiários, com o crescimento das áreas cultiváveis, com o surgimento de novos

focos de trabalho, perdem sua principal força: a disposição absoluta e incondicional da mão de obra. Em Lambayeque, onde atualmente são efetuadas obras de irrigação, a atividade capitalista da comissão técnica que as dirige, presidida por um perito dos Estados Unidos, o engenheiro Sutton, entrou rapidamente em conflito com as conveniências dos grandes proprietários feudais. Estes grandes latifundiários são, principalmente, produtores de açúcar. A ameaça de perder o monopólio da terra e da água, e com ele o meio de dispor livremente da população de trabalhadores, enlouquece essas pessoas, levando-as a uma atitude que o governo, ainda que vinculado a muitos de seus elementos, qualifica de subversiva ou antigovernista. Sutton tem as características do empresário capitalista norte-americano. Sua mentalidade, seu trabalho chocam o espírito feudal dos latifundiários. Por exemplo, Sutton estabeleceu um sistema de distribuição das águas, baseado no princípio de que seu domínio pertence ao Estado; os latifundiários achavam que o direito sobre as águas estava ligado ao seu direito sobre a terra. Segundo sua tese, as águas lhes pertenciam; eram e são propriedade absoluta de seus terrenos.

5º - E a pequena burguesia, cujo papel na luta contra o imperialismo é tão superestimado, necessariamente se opõe à penetração imperialista, como tanto se diz? Sem dúvida, a pequena burguesia é a classe social mais sensível ao prestígio dos mitos nacionalistas. Mas o fato econômico que acompanha a questão é o seguinte: em países de pauperismo espanhol, onde a pequena burguesia, pelos seus enraizados preconceitos, resiste à proletarização; onde a mesma, pela miséria dos salários, não tem força econômica para transforma-la, pelo menos em parte, em classe operária; onde imperam o empreguismo, o recurso ao pequeno cargo do Estado, a caça ao salário e ao posto “decente”; o estabelecimento de grandes empresas que, embora explorem enormemente seus empregados nacionais, sempre representam para esta classe um trabalho mais bem remunerado, é recebido e considerado favorável pelas pessoas da classe média. A empresa ianque representa melhor salário, possibilidade de promoção, emancipação do empreguismo do Estado, no qual não há futuro, exceto para os especuladores. Este fato atua decisivamente na consciência do pequeno-burguês, que busca ou possui um posto de trabalho. Nestes países de pauperismo espanhol, repetimos, a situação das classes médias não é a mesma constatada nos países em que estas classes passaram por um período de livre concorrência, de crescimento capitalista propício à iniciativa e ao sucesso individuais, à opressão dos grandes monopólios.

Em suma, somos anti-imperialistas porque somos marxistas, porque somos revolucionários, porque contrapomos ao capitalismo o socialismo como sistema antagônico, chamado a sucedê-lo, porque na luta contra os imperialismos estrangeiros cumprimos nossos deveres de solidariedade com as massas revolucionárias da Europa.

III – Construção partidária



SOCIALISMO

O SOCIALISMO PETISTA

O PT se formou em fins dos anos setenta e começo dos anos oitenta como resultado da luta dos trabalhadores das cidades e do campo por melhores condições de trabalho e de vida e pelas liberdades de expressão e de organização. No seu enfrentamento com a ditadura militar e com as duras condições de exploração, os trabalhadores tiveram nesse projeto, desde o início, a solidariedade e participação de amplos setores da intelectualidade, de profissionais liberais, de defensores dos Direitos Humanos, de inúmeras comunidades religiosas de base, vastos segmentos da juventude, sobretudo dos estudantes, além de integrantes de novos movimentos sociais que organizavam mulheres, ambientalistas, negros, homossexuais e tantos outros grupos discriminados na sociedade brasileira. Destacado papel coube igualmente a militantes das organizações de esquerda que haviam combatido a ditadura.

A luta do PT contra a ditadura, pela democratização da sociedade brasileira esteve na origem de nossas convicções anticapitalistas na medida em que a democracia é incompatível com a injustiça e a exclusão social, com a fome, a violência, a guerra e a destruição da natureza. Como já afirmamos em nossa história: “esse compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anticapitalistas assim como a opção anticapitalista qualificou de modo inequívoco a nossa luta democrática”. De outro lado e coerentemente, esse compromisso com a democracia se traduziu em nossa organização interna o que

contribuiu para que o PT se tornasse uma experiência inovadora e um patrimônio da cultura política brasileira.

A construção do Partido dos Trabalhadores, já nos anos oitenta, deu-se em um quadro internacional de crise das alternativas socialistas existentes. A partir da Polônia iniciava-se um movimento de contestação do socialismo burocrático, que se estenderia a todos os países da Europa do Leste, atingindo mais tarde a própria União Soviética. As chamadas "revoluções de veludo" no leste europeu e a posterior dissolução da URSS, não propiciaram uma renovação democrática do socialismo, serviram de base para instauração de um capitalismo selvagem que atacou duramente as conquistas sociais que os trabalhadores haviam anteriormente obtido naqueles países. Por outra parte, as experiências social-democratas europeias, desenvolvidas em um período de forte expansão capitalista, abandonavam pouco a pouco o ideário reformista anterior e iniciavam o desmonte do Estado de Bem Estar construído no pós Segunda Guerra Mundial.

A crise dessas alternativas socialistas foi acompanhada do renascimento do liberalismo econômico. O prefixo "neo" que se acoplou a esse liberalismo requeentado, não escondia o caráter conservador e regressivo de suas propostas. O neoliberalismo pregava a desregulamentação de toda a atividade econômica, fazendo do mercado seu elemento central, acompanhado da defesa de um "Estado mínimo". O conceito de globalização servia para negar o Estado nacional. Em nome de um individualismo radical, que substituía o cidadão pelo consumidor, negava-se a luta de classes e estigmatizava-se qualquer conflito social. A partir daí decretava-se o "fim da história", que se transformava em um eterno presente. Suprimia-se qualquer alternativa ao capitalismo. Mais que isso, atingia-se duramente à própria democracia. Negando-se a soberania nacional, tornava-se irrelevante a soberania popular.

Ao se impor uma situação adversa, após a queda do Muro de Berlim, a humanidade passou a viver sob o domínio de uma única potência hegemônica – os Estados Unidos. A nova ordem internacional, sob a influência do Consenso de

Washington promoveu reformas constitucionais nos países periféricos que possibilitaram a privatização de vários setores estratégicos das economias desses países.

Nos países da periferia do capitalismo - especialmente nos da América Latina - os efeitos dessas teses foram devastadores. As idéias do chamado "Consenso de Washington", que codificavam os princípios neo-liberais para a região, traduziam a hegemonia do capital financeiro e imperialista sobre as atividades produtivas. O neo-liberalismo buscava uma saída para a crise fiscal dos Estados latino-americanos, que tinha como inquietantes expressões os surtos inflacionários e o endividamento externo. Os fortes ajustes aplicados em nossos países não atingiram sequer seu objetivo principal: resolver os fortes desequilíbrios macroeconômicos que nos afetavam. Além de agravar a situação macroeconômica, essas políticas, que tiveram no FMI um instrumento importante, contribuíram para a desindustrialização e a contra-reforma agrária, aumentando a pobreza e a exclusão social.

74

Os efeitos do neoliberalismo no Brasil foram tardios. Na maioria dos países da região eles se fizeram sentir a partir dos anos oitenta. Em nosso país, graças à resistência dos trabalhadores, de vastos setores das classes médias e, inclusive, de segmentos empresariais, a aplicação de políticas neo-liberais foi diferida de praticamente uma década. Apesar da desconstrução nacional e social que produziu, nos anos noventa, seus efeitos foram menores do que em outros países. Os movimentos sociais, apesar de duramente atingidos, não perderam sua capacidade de mobilização e foram decisivos para reverter essa situação a partir de 2002. O PT teve um papel fundamental nessa resistência, junto com outros partidos de esquerda e de centro-esquerda.

A vitória eleitoral do nosso candidato em 2002 levou o PT para o governo, e o Partido passou a viver a experiência de ser Governo num país capitalista, numa sociedade de classes, em que o poder não é só o político, mas também o poder econômico, o da mídia e o militar. O sonho de uma nova sociedade,

superior à ordem capitalista vigente, diante das enormes tarefas de ser governo, levou a que nossos militantes, dirigentes e líderes maiores tomassem consciência de que a conquista de uma Nação soberana e democrática é parte integrante da luta pelo socialismo em nosso país.

A despeito das transformações pelas quais passou o Brasil nos últimos quatro anos, junto com outros países da América Latina, ainda é forte a presença das idéias neoliberais no país e na região. Vivemos hoje um período de transição, de duração incerta, nos cabe construir uma alternativa pós-neoliberal. A superação do neoliberalismo no plano das idéias, mas, sobretudo, por meio de alternativas concretas, é de fundamental importância para clarificar nosso horizonte pós-capitalista, hoje obscurecido pelos impasses do pensamento e das práticas do socialismo. O século XX nos legou revoluções que não foram capazes de construir uma alternativa socialista democrática. O desafio que temos pela frente neste novo século é o de reconstruir uma alternativa socialista libertária.

A crise que afeta os mercados financeiros mundiais - de imprevisíveis conseqüências - não pode levar a enganos. Por certo ela demonstra a fragilidade do capitalismo realmente existente. Mas não devemos sucumbir ao catastrofismo que tantas vezes marcou o movimento revolucionário. Da crise não nasce necessariamente a revolução, a transformação progressista da sociedade. Na maioria das vezes o que ocorre são movimentos regressivos, contra-revolucionários.

Nesse sentido, as realizações do primeiro mandato do Presidente Lula e as que vêm ocorrendo neste segundo, no tocante à realização das tarefas democráticas e de defesa de nossa soberania são um importante passo para a acumulação de forças que vai permitir construir não só um Brasil socialmente justo, mas também independente e democrático. A firme posição do País, e das nações que constituem o G-20 na Organização Mundial do Comércio, contra o protecionismo das grandes potências, o fim do acordo com o FMI e a construção

da comunidade dos países da América do Sul são importantes afirmações de soberania do Governo de coalizão do Presidente Lula.

Mantendo um diálogo crítico com a social-democracia e com os partidos comunistas, o socialismo petista definiu-se, desde a fundação do partido como um processo de construção teórica e política. Parte importante de nossa crítica ao capitalismo e de nossa reflexão sobre os caminhos e descaminhos socialismos do século XX foi resumida no documento O Socialismo Petista, aprovado no Sétimo Encontro do partido, em 1990. Essa reflexão se enriqueceu no contato que mantivemos com dezenas de partidos e organizações do mundo inteiro, especialmente da América Latina que, como nós, realizávamos um esforço de repensar uma alternativa pós-capitalista. Mas se enriqueceu, sobretudo, com as lutas sociais e as experiências parlamentares, nos governos municipais e estaduais que conquistamos, no diálogo permanente com as melhores tradições da cultura brasileira.

Diferentemente de muitas vertentes hegemônicas no século XX, o socialismo petista não tem uma matriz política ou filosófica única, abrigando ampla pluralidade ideológica no campo da esquerda. Associa a luta contra a exploração econômica ao combate a todas as manifestações de opressão que permeiam as sociedades capitalistas e que - segundo mostrou a experiência histórica - persistiram, e até mesmo se aprofundaram - nas sociedades ditas socialistas. Por ser libertário, o socialismo petista se insurge contra todas as formas de discriminação de gênero, étnica, religiosa e/ou ideológica, em relação aos portadores de deficiência, às opções sexuais, às preferências artísticas, aos jovens e aos velhos, enfim, às diferenças que marcam as sociedades humanas.

Para o socialismo petista a democracia não é apenas um instrumento de consecução da vontade geral, da soberania popular. Ela é também um fim, um objetivo e um valor permanente de nossa ação política. O socialismo petista é radicalmente democrático por que exige a socialização da política. Isso implica

na extensão da democracia a todos e na articulação das liberdades políticas - individuais e coletivas - com os direitos econômicos e sociais.

O socialismo petista é defensor do irrestrito direito de expressão e de manifestação, pelo acesso aos bens materiais e simbólicos, à cultura e as condições de produção do conhecimento. Alicerça-se sobre a defesa e a ampliação dos Direitos Humanos. Propugna, enfim, o respeito ao Estado democrático de direito e a combinação da democracia representativa com a construção de um espaço público que garanta formas de participação cidadã capazes de garantir o controle do Estado pela sociedade. O socialismo petista implica práticas republicanas inseparáveis da democracia.

O socialismo petista pressupõe a construção de uma nova economia na qual convivam harmonicamente crescimento com distribuição de renda. Para tanto, é fundamental reabilitar o papel do Estado no planejamento democrático da economia. O socialismo petista admite a coexistência de várias formas de propriedade: estatal, pública não-estatal, privada, cooperativas e formas de economia solidária. No caso brasileiro ganha especial importância o aprofundamento da reforma agrária e a relação a ser estabelecida entre a agricultura familiar e a agricultura de caráter empresarial.

77

O socialismo petista deve dar especial atenção às relações de trabalho. Apesar das extraordinárias mudanças na produtividade, alicerçadas em não menos extraordinárias transformações científicas e tecnológicas, a jornada de trabalho se encontra estancada no mundo há muitas décadas. É fundamental reduzi-la. Multiplicam-se os mecanismos de precarização do trabalho que convivem com altas taxas de desemprego. A noção de pleno emprego - para alguns "obsoleta" - deve ser plenamente reabilitada. Formas institucionalizadas de controle dos trabalhadores sobre todas as esferas da atividade industrial, agrícola e de serviços, serão fundamentais no combate à alienação do trabalho.

O socialismo petista compreende que os recursos naturais não podem ser apropriados sob regime de propriedade privada, mas sim de forma coletiva e

democrática, em sintonia com o meio ambiente e solidária com as futuras gerações.

O socialismo petista articulará a construção nacional - que na maioria dos países da periferia do capitalismo ainda é um processo inconcluso - com uma perspectiva internacionalista. As relações internacionais devem passar por um radical processo de mudanças. Necessitamos de um mundo multilateral e multipolar, que reduza as assimetrias econômicas e sociais e não esteja submetido à hegemonia de grandes potências. Queremos um mundo democrático, onde a paz seja um compromisso das nações, um mundo sem fome, enfermidades, crianças abandonadas, homens e mulheres desprovidos de perspectivas e de esperança. Lutaremos pela construção de uma solidariedade continental, com ênfase na América do Sul, capaz de alterar a atual correlação de forças internacional.

Composto de muitos sujeitos, o socialismo petista tem nos trabalhadores sua referência fundamental. Ele é um processo de sucessivas conquistas econômicas, sociais, políticas e culturais que abrem caminho para novas conquistas. É um caminho que se renova e se amplia à medida que o percorremos. Pode contemplar momentos de rupturas, mas se faz também no dia-a-dia. Não descuida do presente, mas tem seus olhos postos no futuro. Mas esse futuro não é um porto de chegada ou uma fortaleza a ser conquistada. É antes uma construção histórica.

Os principais traços do socialismo

A mais profunda democratização. Isto significa democracia social; pluralidade ideológica, cultural e religiosa; igualdade de gênero, igualdade racial e liberdade de orientação sexual e identidade de gênero. A igualdade entre homens e mulheres, o fim do racismo e a mais ampla liberdade de expressão sexual serão traços distintivos e estruturantes da nova sociedade. O pluralismo e a auto-

organização, mais que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social. Devemos ampliar as liberdades democráticas duramente conquistadas pelos trabalhadores na sociedade capitalista. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária e a criação de novos mecanismos institucionais que combinem democracia representativa e democracia direta. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do Capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos;

Um compromisso internacionalista. Somos todos seres humanos, habitantes de um mesmo planeta, casa comum a que temos direito e de que todos devemos cuidar. O capitalismo é um modo de produção que atua em escala internacional e, portanto, o socialismo deve também propor alternativas mundiais de organização social. Apoiamos a autodeterminação dos povos e valorizamos a ação internacionalista, no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista é nossa inspiração permanente. Os Estados nacionais devem ter sua soberania respeitada e devem cooperar para eliminar a desigualdade econômica e social, bem como todos os motivos que levam à guerra e aos demais conflitos políticos e sociais. Os organismos multilaterais criados após a Segunda Guerra Mundial deverão ser reformados e/ou substituídos, capazes de servir como superestrutura política de um mundo baseado na cooperação, na igualdade, no desenvolvimento e na paz;

O planejamento democrático e ambientalmente orientado. Uma economia colocada a serviço, não da concentração de riquezas, mas do atendimento às necessidades presentes e futuras do conjunto da humanidade. Para o que será

necessário retirar o planejamento econômico das mãos de quem o faz hoje: da anarquia do mercado capitalista, bem como de uma minoria de tecnocratas estatais e de grandes empresários, a serviço da acumulação do capital e, por isso mesmo, dominados pelo imediatismo, pelo consumismo e pelo sacrifício de nossos recursos sociais e naturais;

d) a propriedade pública dos grandes meios de produção. As riquezas da humanidade são uma criação coletiva, histórica e social, de toda a humanidade. O socialismo que almejamos, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não deve ser confundida com propriedade estatal; e que deve assumir as formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica do mercado capitalista, quanto o planejamento autocrático estatal vigente em muitas economias ditas socialistas. Queremos prioridades e metas produtivas que correspondam à vontade social, e não a supostos interesses estratégicos de quem comanda o Estado. Queremos conjugar o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais, com uma nova organização do trabalho, capaz de superar a alienação característica do capitalismo. Queremos uma democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva, quanto para o sistema no conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob o controle social.

80

Socialismo Democrático e Sustentável

O 3º. Congresso do PT reafirma os conceitos e posições sobre o socialismo petista definidos pelo 1º. Congresso do PT e pelo VII Encontro Nacional, agregando aos mesmos o conceito de sustentabilidade sócio-ambiental, redefinindo o socialismo petista como socialismo democrático e sustentável.

A civilização industrial gerada pelo capitalismo, baseada no domínio da natureza pelo homem, na crença de que a ciência e a tecnologia possam constituir novas forças produtivas cada vez mais avançadas - conceitos persistentes em variadas concepções de socialismo - foi duramente questionada na segunda metade do século XX, quando se percebeu a crise ecológica, as limitações impostas a este crescimento de produção e consumo que se supunha ilimitado.

Esta visão planetária da crise, que não é apenas ambiental, mas humanitária, e mais que isto, civilizatória, é compatível com a visão global da necessidade do socialismo, se nossa concepção de socialismo incorporar a visão da sustentabilidade ampliada; se superar o produtivismo, o antropocentrismo, o androcentrismo, o etnocentrismo, o consumismo e a alienação do ser humano diante do humano e do ser humano diante da natureza - estabelecendo um novo paradigma sobre o qual se funda o socialismo democrático e sustentável.

O socialismo petista é fundado na democracia: como projeto dependente da vontade livre dos cidadãos e cidadãs, cuja realização se alicerça em uma nova hegemonia na sociedade e no Estado. Para construir essa nova hegemonia é fundamental incorporar o conceito da sustentabilidade forjado nas lutas e experiências práticas sócio-ambientais, anunciadoras da utopia da sociedade socialista democrática e sustentável.

81

O socialismo petista ou será radicalmente democrático e sustentável, ou não será socialismo.

Pela superação da opressão de raça, gênero e classe

Desde a sua fundação, o Partido dos Trabalhadores está comprometido com a luta contra o racismo. Consideramos o PT o melhor parceiro do Movimento Negro nessa agenda de combate ao racismo. Mas é preciso ir à frente com passos firmes. Os documentos, manifestos e programa de fundação do PT, mesmo que de forma não aprofundada, apontam para a superação do capitalismo como pressuposto para o combate ao racismo.

Queremos fortalecer este compromisso como estratégia na construção de uma cultura socialista capaz de romper com a opressão de raça, gênero e classe que causam sofrimento à cerca de 47% da população negra brasileira e, lá fora, no mundo globalizado, a combinação entre capitalismo e racismo têm aumentado o genocídio dos africanos e a diáspora negra.

O processo contemporâneo da globalização firma-se no ideário de que a lógica do mercado pode reger e corrigir tudo e todos. Seus propagandistas são os governos mundiais, o FMI e o Banco Mundial que são comandados por Washington e pela União Européia. A prática destas instituições supranacionais é não interferir diretamente nos territórios nacionais, mas submeter seus governantes às medidas inglórias da regulação aos interesses da lógica do mercado internacional.

A principal consequência, segundo Milton Santos, é que "os atores efetivos da nova ordem são as empresas, cuja ação é egocêntrica e auto-referida. Por isso, não há propriamente um mercado global, nem pode haver um mundo regulado. Daí a desordem atual, mais ou menos generalizada".

82

Diz o receituário da globalização que é preciso eliminar o déficit do Estado, e para tanto a solução é a privatização de bens públicos. Toda a atenção é dirigida à moeda e a um comércio que espolia e deforma o mercado interno, os gastos sociais são reduzidos, o desemprego aumenta, o crescimento da informalidade e da precariedade das condições de trabalho não chega a satisfazer o número cada vez maior de pessoas que ingressam nesse mesmo mercado o que empobrece toda a população em geral e, mais ainda, a juventude negra. Em nome da eficiência e da racionalidade capitalista o Estado se fragiliza diante dos interesses nacionais submetidos ao apetite insaciável do capital internacional.

É dessa forma que a soberania nacional se enfraquece. Abrimos as portas à desordem social para o enraizamento da socialização capitalista que, em última análise, significa a liberdade do capital – da mercadoria – e não a liberdade dos trabalhadores.

As condições atuais do capitalismo globalizado tornam mais evidente o *apartheid* racial à brasileira, na medida em que aprofunda a concentração dos bens, do poder, e consequentemente aumenta a selvageria urbana e a perspectiva genocida para os trabalhadores negros das periferias, principalmente crianças, jovens, mulheres e idosos.

Nos grandes centros metropolitanos intensificam-se as distorções sociais, entre elas, a expansão da violência que se naturaliza em decorrência da diminuição da qualidade de vida, ação de extermínio da juventude negra por policiais ou traficantes e o desemprego. É o preço do progresso capitalista, cuja excelência é atribuída às tecnologias e não ao sistema social e político.

No passado, a população negra foi vítima histórica do colonialismo escravagista e hoje, sob o neoliberalismo, não tem acesso ao mercado de trabalho, aos equipamentos urbanos e a preservação material e imaterial da sua cultura. A sociedade brasileira não respeita nossa identidade étnica, racial e de gênero, nega nosso direito à terra e às terras das comunidades quilombolas, nega-nos o ensino de boa qualidade e as políticas públicas de ação afirmativa. Isolada nas periferias das cidades, nos povoados, vilas, encostas e favelas – regiões mais distantes do centro do poder, da distribuição da riqueza e do acesso à cultura e à comunicação – a população negra constitui-se nas maiorias excluídas das cidades e da cidadania.

Este *apartheid* racial à brasileira expressa, na prática, um tipo de racismo cotidiano, perverso e estrutural que, enraizado nas relações de produção e nas relações sociais, configura-se como instrumento de desigualdade sócio-racial e estratégia de exclusão de negros e negras do desenvolvimento material e espiritual produzidos coletivamente.

O conceito de raça não é uma acepção científica precisa, mas aqui no Brasil foi popularizado e amplamente utilizado com um viés conservador para estabelecer a idéia da hierarquia entre as raças com a valorização do padrão

etnocêntrico, base para a ideologia do embranquecimento e o mito da democracia racial.

É interessante observar Marilena Chauí ao afirmar “que a palavra ‘racial’ surgiu apenas no século 19, particularmente com a obra do francês Gobineau, que, inspirando-se na obra de Darwin, introduziu formalmente o termo ‘raça’ para combater todas as formas de miscigenação, estabelecendo distinções entre raças inferiores e superiores, a partir de características supostamente naturais (...) e apenas no século 20 que surgiu a palavra “racismo”, que, conforme Houaiss, é uma crença fundada numa hierarquia entre raças, uma doutrina ou sistema político baseado no direito de uma raça, tida como pura e superior, de dominar as demais. Com isso, o racismo se torna preconceito contra pessoas julgadas inferiores e alimenta atitudes de extrema hostilidade contra elas, como a separação ou o apartamento total – o *apartheid* – e a destruição física do *genos*, isto é, o genocídio (...) Em outras palavras, o racismo é uma ideologia das classes dominantes e dirigentes, interiorizada pelo restante da sociedade”. (Chauí, “Contra a Violência”, Portal da Fundação Perseu Abramo, 2007).

84

Nos anos 1960, Florestan Fernandes cunhou a expressão “mito da democracia racial” e abriu brecha teórica para o entendimento da democracia racial como mito nacional, uma ideologia dominante criada pelas classes dirigentes para alienar os trabalhadores negros.

Em contraponto, o Movimento Negro brasileiro reinterpreta politicamente o conceito de raça para desconstruir o mito da democracia racial e afirmar a identidade de negros e negras, mobilizar a ação de protesto contra as péssimas condições de vida e fortalecer a consciência anti-racista dos trabalhadores.

Nesse contexto, reafirmamos “raça” e o racismo como uma construção histórica, social e política da sociedade brasileira, categorias de exclusão social, através das quais os negros e negras são despojados de direitos e sua condição de classe e étnico-racial atuam como elemento determinante do lugar social e político ocupado pela população negra, a cidadania de segunda classe.

Uma releitura crítica dos estudos de Florestan Fernandes demonstra que, com a chamada “abolição da escravatura”, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, longe de eliminar as desigualdades sócio-raciais, a recompõe sob a ótica da acumulação do capital. Isso ocorreu porque, com a transição do modo de produção escravista para o trabalho assalariado, o valor da reprodução da força do trabalho dos (as) trabalhadores (as) negros (as) foi determinado socialmente a partir de uma cultura política de discriminação, preconceito e desvalorização da matriz cultural africana. Sabemos que a força de trabalho é valorizada coletivamente, e não por currículos individuais com domínio da tecnologia. É na história concreta de uma nação que encontramos os nexos explicativos da valorização ou não da força de trabalho. Portanto, se na sociedade brasileira há uma desvalorização social das dimensões de raça e gênero, ela incide como fator de barateamento do valor da força de trabalho dos negros e das mulheres.

É a partir dessa compreensão teórica que afirmamos que é desigual a condição dos trabalhadores negros e negras. O processo de exclusão do trabalhador negro (a) é mediado por uma articulação ideológica que determina a absorção da população negra na estrutura de classe de acordo com a necessidade de reprodução do capital e a orientação ideológica vigente. Ou seja, o mito da democracia racial tem o papel de negar a desigualdade de oportunidade entre negros e brancos na sociedade brasileira.

Isso acaba por delinear um quadro no qual a condição racial do trabalhador se transforma num dado seletivo na competição do mercado de trabalho. Quanto mais o trabalhador for identificado com a matriz africana, maior será o grau de discriminação e preconceito, reservando-lhe a mais baixa posição na estrutura do emprego ou o recebimento dos mais baixos salários. No dia-a-dia este fato é reconhecido no desemprego, no subemprego e na rotatividade da mão-de-obra, determinando o empobrecimento contínuo da população negra.

A compreensão da marginalização social dos trabalhadores negros, assim como a sua superação, só será possível se admitirmos a centralidade da contradição de raça, classe e gênero no interior da classe trabalhadora. **Esse é o primeiro passo** para construirmos a identidade política de negros e negras na luta pelo socialismo.

“O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático, ou não será socialismo”. Ao relembrar esse princípio do 7º Encontro Nacional do PT, queremos ir mais além, reafirmando que socialismo e democracia não combinam com racismo, machismo e homofobia.

O 3º Congresso Nacional do PT consolida o caráter socialista do partido e compreende que o socialismo democrático é um processo histórico de construção permanente. O PT, como um partido democrático e popular, deve ampliar o espaço público de participação popular, o controle social do Estado e estimular a participação das maiorias e das minorias sociais.

A democracia é, para nós, a invenção permanente de direitos e reinvenção cotidiana da política. Portanto, a superação do racismo, do machismo e da homofobia e de todas as formas de preconceito e discriminação requer comprometimento e apoio efetivo do PT, dos governantes, gestores e parlamentares e o engajamento político dos movimentos sociais para a superação das relações desiguais de raça, gênero e classe. Isso requer, além de uma ousada elaboração de um projeto político de inclusão social de negros e negras, o engajamento efetivo dos petistas, a participação concreta da liderança negra nos processos decisórios do PT e nos centros de poder do Estado brasileiro.

Se queremos ampliar o espaço público e controle social do Estado, se queremos construir o socialismo democrático, isso requer o compromisso do PT com a liderança negra no mesmo nível de respeito e dignidade com que trata e interage com outras forças políticas da sociedade brasileira.

Este é o segundo passo para construirmos uma nova sociedade com a tradição e experiência das lutas populares, como o Quilombo dos Palmares, a Conjuração Baiana ou a Revoltas dos Búzios, as greves dos trabalhadores negros e brancos por todo século 19 e 20, as lutas pela posse da terra e contra todas as formas de discriminação.

Uma sociedade onde o pluralismo, a auto-organização e a democracia são marcos fundamentais. O socialismo que queremos se constrói a partir das experiências da lutas dos nossos ancestrais, a exemplo de João Cândido, Carlos Marighela, Santo Dias, Lélia González e Hamilton Cardoso, que tombaram para garantir muitas das nossas conquistas.

O socialismo que queremos se constrói com a resistência das lutas populares. O socialismo que queremos tem a ver com a democracia social capaz de oferecer igualdade de condições e liberdade de participação para todos os grupos sociais, respeitando a diversidade étnica e cultural da nossa população.

Para avançarmos nesta direção com passos firmes é necessário planejarmos, inventarmos novas estratégias e definirmos metas de superação pautadas nas políticas de ações afirmativas. Até que atinjamos uma democracia econômica capaz de superar a lógica perversa da produção, circulação e distribuição capitalista das mercadorias e garantirmos o sentido social e coletivo dos bens na cidade e no campo. Uma democracia política que seja capaz de transformar o potencial dos diversos movimentos sociais em movimentos políticos na medida que amplie o espaço de poder desses mesmos grupos e movimentos.

O Socialismo que queremos construir

A democracia será a referência estratégica para a construção do nosso modelo de socialismo. Uma democracia alicerçada na participação organizada das massas e que seja capaz de articular representação com participação direta.

A pluralidade também deve ser um referencial da ação petista para a construção do socialismo. Mesmo tendo clareza de que é necessária a existência de uma direção em todo o processo, não devemos propugnar pela direção de um único partido ou de uma força social. Ao contrário, devemos buscar nossos aliados estratégicos para a formulação de um projeto socialista para o Brasil. Da mesma forma, o PT deve afirmar compromissos públicos de que a direção deste processo, em todos os momentos e estágios, estará pautada pela democracia e pela pluralidade.

A separação entre as funções de partido e Estado deve ser a referência central das ações de um governo no regime socialista. As experiências vividas mundo afora demonstraram os equívocos cometidos nesta relação.

Se o compromisso primeiro é com a democracia, é preciso reafirmar que não há democracia sem liberdade de opinião e expressão, bem como distribuição de renda e riquezas. O PT deve avançar também na concepção de um socialismo libertário, comprometido com a superação de todas as formas de opressão e de discriminação. A reafirmação da defesa dos direitos humanos é um imperativo de luta.

Nosso compromisso com a humanidade se dá através da busca pela eliminação de todas as injustiças e formas de discriminação, contribuindo para a afirmação de novos padrões de relação social. Esta perspectiva – que inclui o reconhecimento dos direitos da infância, das mulheres, dos povos indígenas, dos idosos, negros e negras, das comunidades tradicionais, das pessoas com deficiência e altas habilidades, da livre orientação sexual, do direito a terra, à moradia, ao trabalho, à saúde, à alimentação, à vida em sua forma plena e tantos outros direitos – é profundamente anticapitalista, na medida em que o capitalismo se caracteriza por um anti-humanismo que se revela na naturalização da exclusão.

A relação com o meio ambiente deve constituir outro foco dentre os principais na luta pelo socialismo. Não há socialismo sem a defesa de um desenvolvimento sustentável. Hoje, a própria sobrevivência da humanidade está

em jogo, independentemente do sistema sócio-econômico. O firme posicionamento em defesa da vida e da natureza deve ser um dos pilares de uma nova sociedade.

A transição de sociedade que o PT quer construir deve defender o controle dos trabalhadores sobre os meios de produção; a universalização da educação; os investimentos em conhecimento e pesquisa; o acesso universal aos bens culturais; o controle e taxaço do capital improdutivo e das grandes fortunas; as reformas profundas nas estruturas de ocupaço e de exploraço das terras e no planejamento e desenvolvimento das cidades.

A defesa da paz em todas as circunstâncias e a denúncia da banalizaço da guerra e da violência precisam constar claramente em nosso projeto socialista. A guerra de qualquer natureza atinge fundamentalmente os trabalhadores e suas famílias, pois as classes dominantes têm seus meios de proteço, além de ser inaceitável utilizar a violência como meio de solucionar os conflitos internacionais. Da mesma forma, temos de desenvolver políticas para prevenir a violência na sociedade, especialmente por parte das forças repressivas, nas relações pessoais e no meio escolar. O compromisso com a paz faz parte da história da esquerda contemporânea e deve ser resgatada com muita ênfase pelo PT.

A construção do socialismo, na nossa visão, segue o processo de acumulaço de forças previstos nas resoluçoes amplamente discutidas e aprovadas no V Encontro (1987), bem como na resoluço “Socialismo Petista”, aprovada no VII Encontro (1990) e referendada no 1º. e 2º. Congressos. Esta reafirmaço não dispensa que façamos um debate sobre as formas de transição ao socialismo adequadas à contemporaneidade.

Para que este debate tenha uma profundidade devida, a Fundação Perseu Abramo deverá promover uma mesa permanente de discussáo sobre o tema em todo o país. Dela deverão participar, além da militância petista, intelectuais

orgânicos de esquerda para possibilitar a reflexão sobre a totalidade das experiências vividas e propostas programáticas em voga sobre o socialismo.

Socialismo e Estratégia

A partir de sua definição sobre o socialismo, nosso Partido deve elaborar uma estratégia adequada ao atual período histórico.

A estratégia que adotamos na primeira década de vida do Partido foi sistematizada por dois encontros nacionais: o 5º Encontro (1987) e o 6º Encontro (1989).

As resoluções destes encontros afirmavam que nosso objetivo estratégico é o socialismo. A luta pelo socialismo exigia, então, construir e conquistar o poder político; construir o poder exige acumular forças, através do Partido, dos movimentos sociais, de espaços institucionais, de alianças e através da formação de uma cultura socialista de massas.

O programa democrático-popular detalharia assim os objetivos da luta pela igualdade social, pela democratização política e pela soberania nacional, articulando as tarefas anti-latifundiárias, anti-monopolistas e anti-imperialistas com a luta pelo socialismo.

A eleição do presidente da República visava dar início, através do governo federal, à implementação de reformas estruturais de caráter democrático-popular. A execução destas reformas e a previsível reação das classes dominantes alterariam o patamar da luta de classes, criando uma situação em que ficaria claro, para amplos setores das classes trabalhadoras, a necessidade de passar da construção à conquista do poder. Para fazer avançar a estratégia democrático-popular e consolidar as conquistas programáticas que estiveram na origem do atual governo é fundamental constituirmos um eixo de esquerda.

Esta necessidade é acentuada pelas mudanças positivas, ocorridas desde 2002, na correlação de forças do Brasil e da América Latina.

Evidente que não cabe retomar, sem mediações, a estratégia democrático-popular, tal como definida no 5º e no 6º Encontros. Evidente, também, que ao reafirmarmos o PT como partido socialista e reconstituirmos a classe trabalhadora como sujeito histórico da transformação, não estaremos criando automaticamente as condições políticas necessárias para implementar na sociedade brasileira um projeto socialista.

Atravessamos um novo período histórico, tanto em nível nacional quanto internacional, que exige do PT e de todas as forças socialistas e democráticas uma elaboração estratégica mais audaz e rigorosa.

Trata-se de dar continuidade a elaboração estratégica dos anos 80, adequando a estratégia do PT a este novo período histórico. Mas mantendo a compreensão de que, com a posse do governo – portanto, de parte importante do poder do Estado – a disputa pela hegemonia passa a se dar em outro patamar, estando colocada para o PT e para as forças democrático-populares a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, políticas e sociais, criando assim as condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas. Palavras do 6º encontro nacional do PT (1989), que continuam atuais, quase 20 anos depois.

A sólida necessidade da utopia

por *Juarez Guimarães*, publicado em 26/01/2005, em www.pt.org.br

À medida que as culturas do socialismo foram se descolando das concepções deterministas da história, que o concebiam como um desfecho inevitável ou fortemente tendencial das contradições do capitalismo, o conceito de utopia veio adquirindo novo sentido e valorização. De expressão de um movimento operário imaturo sociologicamente ou mera fantasia sem vínculos com a realidade, a utopia passou a designar, em um contexto em que a cultura liberal busca saturar todo o horizonte histórico, a capacidade de resistência dos pensamentos anticapitalistas, a necessidade de alargar a imaginação dos movimentos sociais e partidos de esquerda para além dos limites do imediatamente possível, concebendo novas possibilidades de civilização alternativas àquela organizada pelo princípio do capital.

A partir deste conceito renovado de utopia, podemos entrever três relações possíveis entre a prática de partidos que se reivindicam do socialismo e os seus ideais de emancipação.

92

O primeiro deles diz respeito à história daqueles partidos que tomaram o seu programa e a sua utopia própria de civilização, já previamente constituída à experiência de transformar o mundo, como o centro de gravidade inabalável e auto-referido de organização e de prática política. Na sua forma mais extremada, a experiência destes partidos, ou projetos de partidos, ganhou dimensões sectárias ou até de puras seitas, que a impediu reiteradamente de adquirir relevância social e política. Em sua cultura mais típica, o programa e a utopia ganharam uma dimensão dogmática, apesar de bastante maleável e instrumental em relação às necessidades práticas, como foi o caso da cultura estalinista. No momento da crise dos partidos formados nesta última cultura, a concepção de um programa formado previamente à experiência de transformar o mundo transformou-se em obstáculo intransponível aos princípios normativos da democracia, levando-os a tornar o passado destes partidos não mais companheiro de suas perspectivas futuras.

Um outro campo de experiências de partidos originalmente socialistas com suas utopias foi tipificado pela social-democracia. Na origem, a utopia ou o programa

socialista formava um par do mínimo e do máximo, o primeiro designando as tarefas reformistas imediatas da ordem capitalista e o segundo as transformações pós-revolucionárias. Não havia rigorosamente uma teoria da transição entre a reforma e a revolução. Na experiência histórica, as exigências da prática e do realismo, as pressões da ordem, foram ganhando terreno progressivamente sobre a identidade socialista destes partidos, levando-os afinal, por percursos históricos muito diversos, a abandonarem as suas utopias anticapitalistas.

Um terceiro campo possível da relação entre partidos socialistas e suas utopias é aquela que estabelece um diálogo aberto, democraticamente construído e pluralista, entre o socialismo que se quer alcançar e a experiência de transformar o mundo. Isto é, a utopia não está previamente de todo formada, mas formulada em seus princípios gerais, que são capazes de indicar um outro princípio civilizatório alternativo ao mundo do liberalismo. E, dialeticamente, apesar de se constituir em um princípio último de orientação da prática partidária, a própria utopia está permanentemente em contacto dinâmico com a vida democrática da sociedade que se quer transformar. Os trabalhadores assalariados, em sentido amplo, continuam constituindo a base referencial deste partido mas a construção da utopia socialista não está mais concebida apenas como a expressão do desenvolvimento da consciência destas classes.

Neste último campo, a identidade socialista não é mais auto-referida, isto é, formulada apenas na reiteração do elogio de um campo próprio de valores, pensamentos e práticas mas deve ser permanentemente formulada na experiência democrática vivida pelo partido. Se isto não ocorre, se a utopia não é renovada através do diálogo com a experiência, é o próprio campo de unidade partidária que se torna instável, sua identidade democrática se empalidece, o sentido mesmo de sua ação arrisca a tornar-se incompreensível para a sua própria base histórica e social.

O valor do "Socialismo petista"

Nestes tempos em que a cultura petista vê-se ao máximo tensionada pelo pragmatismo e pelo realismo político, pode parecer algo sem sentido a afirmação de que sem o documento partidário "[O socialismo petista](#)", aprovado no 7º Encontro Nacional (maio/junho de 1990), e a resolução "[Socialismo](#)", aprovado no I Congresso

(novembro /dezembro de 1991), Lula não seria eleito presidente da República em outubro de 2002. Mas não é difícil comprovar esta tese.

O imenso valor histórico deste documento está em, ao mesmo tempo, ter protegido a identidade socialista do PT e aprofundado a sua cultura democrática, projetando-as para as duras disputas que viriam na década de 1990. Se o PT teve nessa época capacidade para resistir à esmagadora onda liberal conservadora internacional que se seguiu ao fim da URSS e do Leste Europeu, ao contrário de tantas outras forças socialistas no mundo inteiro, isto se deve aos méritos históricos destes dois documentos. Mais além deste decisivo significado histórico, estas novas elaborações expressaram um auto-esclarecimento sobre as relações entre socialismo e democracia que é profundamente inovador para a cultura revolucionária referida nas tradições do marxismo.

Estas inovações revelam-se em quatro dimensões fundamentais. A primeira delas foi fazer a crítica da presença em sua própria cultura daqueles pensamentos que ainda mantinham alguma ambigüidade de posicionamento em relação aos regimes do Leste Europeu, em nome da visão da existência de um chamado "campo socialista" oposto às forças centrais do capitalismo. Dizia a resolução "O socialismo petista": "Mas o PT está convencido de que as mudanças ocorridas e ainda em curso nos países do chamado socialismo real têm um sentido histórico positivo, ainda que o processo esteja sendo hegemônico por correntes reacionárias, favoráveis à regressão capitalista". Nos itens 71 e 72 da resolução "Socialismo", de 1991, faz-se a crítica destes pensamentos que embora "não predominantes", ainda estavam presentes na cultura petista.

A segunda grande inovação está na radicalidade da defesa do pluralismo como princípio fundamental da democracia socialista. A noção de que o PT não possui uma filosofia oficial, que é uma síntese dinâmica e aberta de "culturas libertárias", entre elas, do "cristianismo social, marxismos vários, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental etc.", é afirmada. No item 97 da resolução "Socialismo", está escrito que o "PT rechaça a noção segundo a qual o pluralismo não passa de uma circunstância que se tolera, até o dia em que, suprimidas as classes sociais, supostamente se estabelecem as bases da homogeneidade de pensamento". O item 98 refuta a chamada "pluralidade para os partidos operários", ou seja, "para quem pensa como nós", que, historicamente, só pode levar a formas de ditadura". O item 99

estabelece claramente: "O socialismo pelo qual o PT luta prevê, portanto, a existência de um Estado de Direito, no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas, de opinião, de manifestação, de imprensa, partidária, sindical, etc.; onde os mecanismos de democracia representativa, libertos da coação do capital, devem ser conjugados com formas de participação direta do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais. A democracia socialista que ambicionamos construir estabelece a legitimação majoritária do poder político, o respeito às minorias e a possibilidade de alternância de poder".

A terceira grande inovação reside na defesa da idéia de que a construção do socialismo requer "um renovado esforço crítico especulativo, capaz de relançar ética e historicamente a perspectiva da democracia socialista". Mais adiante afirma: "Daí porque recuperar a dimensão ética da política é condição essencial para o restabelecimento da unidade entre socialismo e humanismo".

Por fim, ao recusar o dilema Estado e mercado, as duas resoluções apontam para o potencial transformador das culturas participativas e da criação de espaços públicos em mútua configuração com novos princípios de regulação econômica e um pluralismo de formas de propriedade social.

Ao tornar mais nítida a sua crítica às sociedades do Leste Europeu, ao aprofundar os seus compromissos com a liberdade e o pluralismo, ao estabelecer pontes com a cultura do humanismo, ao vincular participação política e regulação da vida econômica, a cultura petista tornou-se, enfim, plenamente compatível com o republicanismo sem abrir mão de seu anticapitalismo. O PT abria a sua identidade para a questão nacional, tão pouco desenvolvida até então em sua cultura, e para um abraço amoroso às tradições republicanas brasileiras. A adoção desta identidade socialista democrática e republicana seria fundamental para o PT na década que se seguiu em que a agenda democrática dos anos 1980 foi convertida em liberalismo economicista, sob a liderança do PSDB.

Fundamentos de uma vitória

Esse auto-esclarecimento e aprofundamento da sua identidade socialista democrática foi fundamental para o PT preservar a sua identidade, a sua unidade e ser capaz de traduzir o seu projeto de governar o Brasil na linguagem da consciência democrática em formação dos brasileiros.

Esta identidade lhe permitiu resistir aos encantos então sedutores da chamada Terceira Via, personificada no Brasil por Fernando Henrique Cardoso, e, ao mesmo tempo, ir construindo um campo de oposição ao seu governo. Se o PT não tivesse resistido à força atrativa do campo neoliberal, que se apresentava sob a forma de um cosmopolitanismo moderno, ele não teria capacidade no momento seguinte de canalizar as insatisfações crescentes com o governo FHC.

A noção reafirmada e atualizada de um socialismo democrático, por sua vez, criou um campo unitário na esquerda partidária brasileira, referência para o conjunto dos movimentos sociais, evitando os processos de cisão e dispersão tão típicos de um período de crise e de ausência de referências comuns. Mesmo a discussão sobre a criação de um novo partido realizada em um certo momento no interior do MST e outros movimentos sociais não prosperou. A experiência do Fórum Social Mundial projetou no plano internacional este campo aberto de sínteses de novas culturas da emancipação.

96

Elaborada em um período em que o PT já se apresentava como alternativa viável eleitoralmente para o governo do país, a identidade do socialismo democrático foi capaz de dialogar com a cultura democrática brasileira em formação. É interessante neste sentido visualizar as vitórias da "razão democrática" petista sobre o liberalismo do PSDB que precederam o triunfo eleitoral de outubro de 2002 e como o discurso do PT considerado uma ameaça à ordem democrática foi praticamente neutralizado neste contexto. A chantagem então posta em circulação foi a dos mercados financeiros mas as razões democráticas da esperança já estavam suficientemente enraizadas para vencer o medo.

O samba, o chão e a lua

Desde que chegou à presidência da República em outubro de 2002, a cultura petista está "informulada", isto é, os desafios da prática estão além do que poderíamos chamar de a comunidade programática petista. Estamos, de fato, trabalhando além dos limites da experiência histórica internacional do socialismo democrático. Como transformar o Brasil através da democracia se o Estado verga sob a montanha da dívida financeira, os instrumentos de regulação e direção estatal da economia perderam em muito a eficácia, a Câmara Federal e mais ainda o Senado têm uma composição majoritariamente conservadora, os grandes meios de comunicação estão sob domínio liberal conservador, os principais estados da federação se encontram nas mãos da oposição e a conjuntura internacional continua estreitada nos limites de uma assimetria brutal de finanças e de poder militar?

Há que se preparar para um longo período histórico de transição democrática pois o discurso da ruptura revolucionária com a ordem carece neste contexto de fundamentos realistas a partir da própria consciência democrática dos trabalhadores e do povo brasileiro. E se não se formula o sentido histórico desta transição da ordem política brasileira é a própria identidade, unidade e nitidez democrática do partido líder da coalizão do governo Lula que está ameaçada.

97

A cultura do "informulado" é, por excelência, o lugar onde a pragmática necessária de governo se faz pragmatismo, onde o realismo político se transmuta em acomodação diante das duras realidades do poder, onde a virtude do pluralismo petista ameaça se tornar cisão. Com efeito, qual comunidade de destinos pode haver entre um discurso da ruptura, que frente ao enigma da transição, se crispa na auto-referência impotente e um discurso "petista liberal" que assume sem cerimônias a limitação como virtude de governo?

E, no entanto, como nos lembrou Maria Rita Kehl, citando Chico Buarque, "tem mais samba no chão do que na lua". A reflexão criativa sobre a experiência petista de transformar o mundo está aí para ganhar novas cores nas pontas e, ao mesmo tempo, renovar o brilho vermelho do centro da estrela.

O PT tornou-se nos últimos anos mais nacional, mais brasileiro, mais sertão, mais samba, mais negro, mais nordestino e mais amazônico, mais agrário. Conhece mais de perto os rastros da fome e os circuitos do trabalho ainda escravo. E, ao mesmo

tempo, com a experiência do Fórum Social Mundial, tornou-se potencialmente mais libertário, mais ecológico, mais indiano e mais africano, profundamente mais latino-americano e mais universal. Com a presença ativa nas paradas gays tornou-se referência na afirmação da dignidade de todas as formas de amar.

Mas principalmente, com a sua chegada ao centro do Estado brasileiro, tornou-se sujeito e, ao mesmo tempo, prisioneiro da república imperfeita dos brasileiros. É aí, na sua concepção de Estado, na sua capacidade de dar forma plena e simetria aos direitos e deveres entre os brasileiros, na sua capacidade de criar legitimidade para a construção do Estado do Bem-Estar Social e de uma economia do setor público, de expandir as formas participativas da democracia brasileira, que reside o segredo da transição.

A identidade do socialismo democrático foi condição necessária para Lula vencer em outubro de 2002. Hoje, a criação de um espaço democrático na cultura petista para aprofundar o sentido de suas utopias é uma sólida necessidade.

O PT depois do 4º Congresso

16/03/2010. O 4º Congresso foi um momento forte de unidade partidária para a conquista do 3º mandato do PT na Presidência da República. Mais importante, o partido busca um governo à esquerda, com aprofundamento das linhas mais claramente antineoliberais dos nossos dois mandatos presidenciais.

Em certa medida, essa diretriz é um desdobramento do que já era visível nas teses debatidas no PED (eleição interna das direções que ocorreu no final de 2009) e já foi por nós anotado no artigo de balanço do PED no jornal DS/EmTempo 24. E, tão importante quanto, os discursos de Lula e de Dilma caminharam na mesma direção.

Em um Congresso que teve um só dia de debates, mas foi marcado pela constante presença dos delegados no plenário e pelo conteúdo das discussões, aprovamos também um grande processo de discussão sobre a organização partidária. Ele será realizado em 2011 e terá como desfecho uma nova sessão congressual (com os mesmos delegados).

Podemos dizer que o 4º Congresso foi globalmente positivo. Ao mesmo tempo em que se deu nos marcos de uma unidade com sentido de esquerda, permitiu polêmicas importantes e abriu espaço para uma necessária mudança organizativa à luz do balanço crítico do último PED. Além disso, e não menos importante, o PT saiu fortalecido como força política. O primeiro reflexo desse fato foi a “alavancagem” da candidatura Dilma nas pesquisas posteriores ao Congresso, levando-a praticamente ao empate com a candidatura tucana.

99

Resoluções e polêmicas

As três resoluções principais –Tática e Alianças; Diretrizes de Programa de Governo; e Reforma Estatutária/Reorganização Partidária – foram apresentadas pela Comissão Executiva Nacional e aprovadas com quase 100% dos votos. Elas estão disponíveis no site do partido (www.pt.org.br).

A resolução sobre Tática teve como eixo a defesa do caráter decisivo da conquista do 3º mandato e nele se inscreveu o papel central do PT. Para o partido, fica estabelecido o objetivo de crescer – no seu papel político e na eleição de governadores/as e bancadas -

junto com a eleição de Dilma. A política de alianças refletiu o entendimento médio sobre a importância da relação com os partidos populares e de esquerda e também a busca de maior segurança eleitoral, incluindo partidos de centro. Nenhum partido foi citado na resolução, mas é evidente que, por centro, leia-se PMDB.

Três polêmicas se colocaram nesse ponto. Uma pretendia eleger o PMDB como parceiro principal. Foi derrotada. Outra privilegiava a esquerda (defendida pelo Movimento PT e pela Mensagem). Também foi derrotada (embora a resolução da Executiva já contenha, em certa medida, essa ideia). E uma terceira questionava o papel do Diretório Nacional como instância final de decisões em relação aos temas que afetem a tática nacional. Foi mantida (com nosso apoio) a tese de que cabe sim ao DN a palavra final sobre questões que impliquem na tática nacional.

A resolução sobre Diretrizes de Programa de Governo expressou, sobretudo, a defesa do aprofundamento da distribuição de renda e do fortalecimento do Estado no desenvolvimento nacional. Ela foi emendada, praticamente de forma consensual, por iniciativas muito importantes em relação a pelo menos 5 pontos:

- Direitos Humanos, com apoio incondicional ao 3º plano nacional de direitos humanos;
- 40 horas de jornada semanal, com apoio à luta conduzida pela CUT;
- Mulheres, com a incorporação de um texto feminista na linha do 3º Congresso;
- Juventude, com destaque para as lutas da juventude e a necessária ênfase no tema na campanha e no 3º mandato;
- Combate ao racismo, com o apoio à histórica luta antirracista.

Uma polêmica importante deu-se em relação à democracia participativa. Apresentamos a proposta de que o 3º mandato inicie o orçamento participativo nacional com caráter deliberativo. Ela foi derrotada com um argumento conservador, que considera importante manter o papel do congresso nacional.

Ainda que o texto de Diretrizes de Programa mencione a ideia da democracia participativa, enfatizando os diversos modos como foi aplicada no âmbito nacional ao longo do Governo Lula (sobretudo as grandes conferências temáticas), não há dúvida de que o tema é uma polêmica antiga no PT: vem, pelo menos, desde o 2º Congresso. A

derrota da emenda, por certo, não é o fim do debate, mas mostra, mais uma vez, que é necessária mais consistência, inclusive da parte dos que sustentamos uma democracia participativa deliberativa como um elemento central da reforma do Estado.

Nosso jornal deve dedicar um amplo espaço a novas contribuições sobre o tema. A conquista de governos estaduais – com destaque para o RS, onde a experiência da democracia participativa mais avançou e onde também sofreu derrotas – precisa incorporar essa perspectiva aos programas de governo.

A questão da reorganização partidária

A resolução aprovada prevê uma ampla discussão do funcionamento partidário em 2011, incluindo uma reforma estatutária a ser definida, ainda no primeiro semestre do ano que vem, com os mesmos delegados e delegadas ao 4º Congresso. O Congresso elegeu ainda uma comissão para elaborar uma proposta nesse sentido, composta de modo proporcional à votação do PED e presidida pelo ex-presidente Berzoini. É importante destacar que, através de textos e intervenções nos debates sobre o PED e sobre aspectos organizativos e financeiros do funcionamento do PT, Berzoini apresentou posições com as quais temos acordo. Assim, nossa visão é de que foram progressistas os encaminhamentos tomados nesse ponto.

De outro lado, sustentamos que o Congresso deveria ter um posicionamento claro e firme sobre diretrizes básicas de organização como resultado de um balanço necessário do PED (veja abaixo). Depois de um processo que envolveu mais de 500 mil filiados, mostrando força e desvios insustentáveis, considerávamos incorreto que o Congresso omitisse essa questão. Infelizmente, fomos voto vencido, e prevaleceu a opinião de adiar qualquer posicionamento para o processo de reforma do estatuto.

Nosso jornal deve dedicar amplo espaço também a essa discussão. Interessa-nos muito a reflexão coletiva (e criativa) sobre a rica experiência de construção do PT. Sobre ela buscaremos diálogo dentro da Mensagem e com outras correntes. E, claramente, lutaremos pela hegemonia de um ponto de vista socialista e democrático na concepção de partido que deve guiar a reforma estatutária do PT.

PT discutirá, em 2011, sua reforma estatutária

Seguindo o objetivo de uma reforma mais ampla do Estatuto, o Congresso definiu que o PED será aprimorado para garantir a mais ampla participação, o aprofundamento da democracia interna e o projeto socialista do PT.

Nosso Processo de Eleição Direta (PED), com mais de meio milhão de participantes em mais de quatro mil municípios, é uma demonstração de força do nosso partido e deve ser aperfeiçoado para que esse vigoroso crescimento caminhe junto com mais participação, formação e organização, e com o fortalecimento da nossa democracia interna.

Ao longo de 30 anos, o PT renovou a cultura socialista e, mais uma vez, somos chamados a dar passos ousados no sentido de ligar nossa prática da democracia interna à luta por uma verdadeira revolução democrática no Brasil, essencial para caminharmos na direção de uma sociedade socialista. Assim, o Congresso definiu que:

- A filiação é um compromisso com o PT, por isso, será precedida de formação e expressa a aceitação dos direitos e deveres do filiado ou filiada;
- A participação e a contribuição financeira são princípios e compromissos fundamentais da nossa construção partidária, por isso, são condições para o direito de voto;
- O PED é momento decisivo da democracia partidária, no qual a soberania de cada filiado(a) é respeitada, assim como o pluralismo. Como garantia disso, temos que inserir no Estatuto as regras contidas no Código de Ética relativas ao PED (vedação de qualquer mecanismo de tutela de chapa ou de governos sobre filiados, criação de instância eleitoral específica, definição prévia do colégio eleitoral, fundo eleitoral interno, transporte oferecido exclusivamente pelo partido).